

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

VINÍCIUS BORBA DUTRA

DA CARTA AO ACONTECIMENTO:
A COMUNICAÇÃO NA CADEIA SIGNIFICANTE
DE JACQUES LACAN

PORTO ALEGRE

2017

VINÍCIUS BORBA DUTRA

**DA CARTA AO ACONTECIMENTO:
A COMUNICAÇÃO NA CADEIA SIGNIFICANTE
DE JACQUES LACAN**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do diploma de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Rocha da Silva

PORTO ALEGRE

2017

DA CARTA AO ACONTECIMENTO:
A COMUNICAÇÃO NA CADEIA SIGNIFICANTE
DE JACQUES LACAN

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do diploma de Bacharel em Jornalismo.

Aprovado em:
BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alexandre Rocha da Silva – UFRGS
Orientador

Prof. Ms. Guilherme Gonçalves da Luz – UFRGS
Examinador

Prof.^a Dr.^a Ione Maria Ghislene Bentz – UNISINOS
Examinadora

*Os escritos carregam ao vento as promissórias em branco
de uma cavalgada louca. E, se eles não fossem folhas volantes,
não haveria letras roubadas, cartas que voaram.*

JACQUES LACAN

Repetir repetir — até ficar diferente.

MANOEL DE BARROS

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que, com muito esforço e carinho, souberam ser compreensivos e acolhedores ao longo da minha vida, estando ao meu lado nos momentos mais delicados dessa travessia.

Às minhas amigas que me acompanharam durante a minha experiência na UFRGS. Júlia Kayser, por nossas conversas sensíveis e sempre estimulantes em torno da política, do amor, da psicanálise, enfim, da vida. Luísa Rizzatti, que sempre compartilhou o desejo incessante de ir além e mais um pouco. Priscila Rocha, pela amizade sempre carinhosa e companheira.

Aos meus colegas Aniele Bernst, Letícia Paludo e Matheus Nietto, pelos trabalhos e companheirismos ao longo da trajetória da graduação.

Ao meu orientador Alexandre Rocha, por ter abraçado o meu projeto e me acompanhado no difícil processo de materializá-lo. À Cida Golin, que soube escutar com delicadeza um aluno às voltas da psicanálise.

RESUMO

Este trabalho busca compreender como Jacques Lacan constrói o entendimento da cadeia significante a partir da interpretação do conto *A carta roubada* (1844), de Edgar Allan Poe, e como faz, de alguma maneira, frente a ela com aquilo a que chamou de encontro com o Real. O objetivo é estudar de que forma o psicanalista francês compreende a cadeia significante e o encontro com o Real, especulando vínculos iniciais com o campo da comunicação. Para isso, é realizado um traçado que parte do conto às concepções de significante (em Saussure e em Lacan) e automatismo de repetição (em Freud e em Lacan) para chegar ao Real fornecido pela perspectiva lacaniana. Por meio do estudo desses conceitos, procuramos compreender os deslocamentos empreendidos por Lacan e, além disso, como podemos nos utilizar deles para explorá-los no campo da comunicação.

Palavras-chave: a carta roubada; automatismo de repetição; comunicação; Lacan; real; significante

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. DO CONTO À DISCUSSÃO DA CARTA	11
2.1. A interpretação lacaniana.....	11
2.1.1. Os diálogos do conto.....	12
2.1.2. A cena e sua repetição.....	16
2.1.3. A carta, a letra.....	19
2.2. A crítica de Derrida.....	21
2.2.1. O triângulo estrutural.....	22
2.2.2. O destino da carta.....	23
2.3. A defesa de Slavoj Žižek.....	24
2.4. Excerto I: uma carta que repete.....	28
3. DO SIGNIFICANTE AO AUTOMATISMO DE REPETIÇÃO	31
3.1. O significante de Saussure a Lacan.....	31
3.1.1. O significante em Saussure.....	32
3.1.2. O significante em Lacan.....	35
3.2. O automatismo de repetição.....	37
3.2.1. O automatismo em Freud.....	38
3.2.2. O automatismo em Lacan.....	40
3.3. Excerto II: a cadeia significante na comunicação.....	43
4. EM DIREÇÃO AO REAL	46
4.1. Além da cadeia significante.....	46
4.1.1. O encontro com o Real.....	49
4.2. Falar do Real.....	50
4.2.1. O Real como não-sentido.....	51
4.2.2. O Real como o impossível, o impensável.....	52
4.2.3. O Real como aquilo que se encontra no mesmo lugar.....	53
4.2.4. <i>Das Ding</i> , a coisa.....	54
4.3. O Real e a realidade.....	55
4.4. O nó borromeano.....	56
4.5. Excerto III: um acontecimento comunicacional.....	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60

1. INTRODUÇÃO

A relação entre linguagem e psicanálise remonta à descoberta realizada por Sigmund Freud que, ao fazer a passagem do método da hipnose para o da associação livre, verá como o inconsciente se manifesta através de certas formações que irrompem na linguagem: os atos falhos que aparecem na fala de todos nós, os chistes que mascaram nosso discurso, os sonhos que desvendam nossos desejos reprimidos. Dessa forma, a revolução freudiana consiste em privilegiar uma travessia analítica cuja palavra abre caminho para a relação surpreendente com aquilo que nos descentra e que, ao mesmo tempo, é desconhecido por nós: ou seja, para a relação com o inconsciente. Entretanto, será preciso esperar mais algum tempo para que o laço entre linguagem e inconsciente ganhe um contorno primordial na psicanálise, e ele virá a partir da experiência intelectual de um psicanalista: Jacques Lacan.

Isso ocorrerá devido à emergência de reinventar o campo da psicanálise, o que levará o psicanalista francês a fazer um gesto cuja rebeldia encontra-se na tentativa de reler rigorosamente a obra de Freud. Uma releitura acompanhada, principalmente, do aparato conceitual da antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss e, primordialmente, da linguística de Ferdinand de Saussure e de Roman Jakobson. O ensino lacaniano, marcado por um retorno a Freud, privilegiará a relação entre linguagem e inconsciente, investigando um domínio chamado de Simbólico, que tem no significante seu fundamento. Só que, por mais que o significante provenha da linguística estrutural, ele sofre um deslocamento de leitura por, metaforicamente, deitar no divã, passar por um certo tratamento, perder suas amarras com o significado e, por que não, ter o poder de retornar *insistentemente*.

A partir de Lacan, temos uma compreensão de que o inconsciente se estrutura como *uma* linguagem, seu funcionamento reside sob certas leis languageiras, compromissos que cada um de nós faz e que se desdobra nos efeitos da linguagem, na mediação simbólica. A invenção freudiana sob pena lacaniana levará a uma reescrita da psicanálise, a uma outra clínica e a uma outra compreensão de como a linguagem funciona com o advento daquilo que o psicanalista francês nomeou de cadeia significante. Ou seja, não é apenas o campo da psicanálise que é transformado com Lacan, mas o campo da linguagem também sofre modificações no modo como é compreendido. Talvez Lacan nos forneça a possibilidade de investigar questões ainda pouco exploradas no campo da comunicação, como a repetição no interior dos comentários do Facebook.

É como se tivéssemos o início de um caminho para produzir um estudo sintomatológico das repetições no nosso campo. Portanto, é nesta maneira de compreender o funcionamento da linguagem com a cadeia significante que reside nosso interesse em investigar a psicanálise a partir do campo da comunicação. É quando Lacan se debruça sobre um conto do escritor Edgar Allan Poe, intitulado *A carta roubada* (1844), que podemos ter uma noção ilustrativa de como a cadeia significante funciona no interior de uma história literária. Nesse conto, descobrimos, por meio de um relato do Inspetor de Polícia, que um certo documento, de máxima importância, foi roubado da Rainha na alcova real. Trata-se de uma carta, e sabe-se quem foi que a roubou.

O interesse de Lacan, diante do conto, reside em como a carta roubada mobiliza os personagens da história a repetirem uma cena *insistentemente*, de modo que o personagem central acaba sendo senão a própria carta. Aliás, uma carta investida sobretudo de função significante, que abre uma cadeia de cenas, ou melhor, uma cadeia significante no interior do conto. Aliás, uma cadeia que é produzida a partir daquilo que a psicanálise chama de automatismo de repetição, que tem como princípio de funcionamento a insistência simbólica que colabora para o retorno do significante automatizado, inscrevendo assim sucessivas diferenças que podem ser identificadas a partir do próprio significante.

No entanto, para fazer frente à cadeia, há também aquilo que Lacan chamava de encontro com o Real. Se o automatismo de repetição inscreve-se ao lado do Simbólico com a insistência significante, temos o contraponto disso ao dialogarmos com *tiquê*, o encontro com o que não podemos antecipar, que foge da ordem e que não tem lei. Um encontro que marca a experiência com aquilo que fica na dimensão do acontecimento, que permite alguma quebra na ordem da cadeia significante, permitindo que possa vir a fazer efeito na dimensão simbólica.

Portanto, o problema de pesquisa deste trabalho busca compreender como Jacques Lacan constrói o entendimento da cadeia significante a partir da interpretação do conto *A carta roubada* (1844), de Edgar Allan Poe, e como faz, de alguma maneira, frente a ela com aquilo a que chamou de encontro com o Real. O objetivo geral é estudar a cadeia significante, a partir da interpretação lacaniana do conto de Edgar Allan Poe, e o encontro com o Real, como um certo contraponto à dimensão simbólica. Os objetivos específicos são: descrever a interpretação do conto *A carta roubada* à luz da perspectiva lacaniana; compreender o funcionamento da cadeia significante a partir do automatismo de repetição; explicar a

dimensão do acontecimento a partir do encontro com o Real e especular de que maneira poderíamos propor as aproximações iniciais da concepção de cadeia significativa do campo da comunicação. Essas especulações estarão localizadas no fim de cada um dos três capítulos, em espaço nomeado de excerto. Nós não abordamos o Imaginário diretamente devido ao tempo que tínhamos para concluir a pesquisa, por isso nos centramos na cadeia significativa do Simbólico e no acontecimento a partir do encontro com o Real.

A pesquisa se preocupou em fazer um levantamento bibliográfico de intérpretes da obra de Lacan para que a investigação pudesse nos ajudar a compreender tanto a cadeia significativa quanto o encontro com o Real. Nós decidimos partir do *Seminário sobre a “A carta roubada”* (1956), de Jacques Lacan, em que reside a interpretação do conto homônimo do escritor Edgar Allan Poe, para ilustrar o funcionamento da cadeia significativa, e, em um segundo momento, explicar a cadeia significativa com as conceituações tanto de significante quanto de automatismo de repetição. Como contraponto à cadeia, decidimos abordar a dimensão do Real como abertura radical àquilo que não se controla. Seguimos, para tanto, uma metodologia que se preocupa tanto em selecionar a bibliografia quanto em analisar as obras selecionadas de modo a poder elaborar o trabalho a partir daí. Por isso que o auxílio dos intérpretes da obra de Jacques Lacan é importante ao longo do caminho da pesquisa. Além disso, buscamos especular de que maneira a cadeia significativa poderia ser utilizada no campo da comunicação, com o intuito de nos ajudar a identificar o automatismo de repetição no interior do nosso campo.

O desenvolvimento do trabalho se dará em três capítulos. No primeiro, abordaremos a interpretação de Jacques Lacan (1985, 1998) do conto *A carta roubada*, de Edgar Allan Poe (2008), para compreender de que maneira a ilustração literária é utilizada para explicar a teoria do significante do psicanalista francês. Além disso, traremos para o debate, em relação à interpretação lacaniana, tanto a crítica de Jacques Derrida (2007) quanto a defesa de Slavoj Žižek (1992).

No capítulo seguinte, explicaremos tanto o entendimento de significante quanto o de automatismo de repetição no interior daquilo que a psicanálise compreende por cadeia significativa. Para isso, recorreremos, além de Jacques Lacan (1985, 1988, 1997, 1998, 2003), a autores como Ferdinand de Saussure (2006), Michel Arrivé (1999), Jean-Luc Nancy e Philippe Lacoue-Labarthe (1991), Joel Dör (1989), Lucia Santaella (2016) e Winfred Nöth (2016) para construir a compreensão do significante. Já para retomar o conceito de

automatismo de repetição, entraremos em diálogo com Bruce Fink (1997), Colette Soler (2013), Dominique Fingermann (2013), Luiz Alfredo Garcia-Roza (1993) e Sigmund Freud (2010). No último capítulo, faremos o contraponto à cadeia significante, abordando o encontro com o Real por meio de autores como Jacques Lacan (1986, 1988, 2005, 2007, 2008) e Sigmund Freud (1996), além de Bruce Fink (1997) Colette Soler (1989, 2013), Marco Antonio Coutinho Jorge (2010), Marco Antonio Coutinho Jorge e Nadiá Paulo Ferreira (2005) e Slavoj Žižek (1992, 2010). Além disso, em cada um dos três capítulos, buscaremos especular como as questões abordadas por Lacan poderiam ser utilizadas no campo da comunicação.

A importância de buscar no campo da psicanálise a conceituação que nos ajude a compreender tanto a cadeia significante quanto o encontro com o Real reside no desejo de contribuir também com a pesquisa no campo da comunicação, que tem nesses vieses importantes desafios a enfrentar ainda. Se pensarmos que é possível construir um arcabouço que permita ler a cultura, no campo da comunicação, a partir das lentes da psicanálise, precisamente da cadeia significante, estaremos colaborando para que esse processo ocorra. A psicanálise lacaniana se volta para a cadeia significante que constitui o sujeito do inconsciente, com suas sucessivas repetições automatizadas e tenta, de alguma forma, permitir que essas repetições tenham espaço e possam ser elaboradas ao longo do tempo. Elaboração que também permite transformá-las.

A pesquisa em comunicação pode delas se servir para compreender as repetições significantes em uma cultura compreendida como um universo simbólico. Se é o significante que permite a identificação de sucessivas diferenças, talvez fosse o caso de lembrar que este retorno do significante nos interessa, pois podemos estabelecer uma série, com cada significante da cadeia guardando relação com os outros por meio da repetição, embora haja diferenças cronológicas.

2. DO CONTO À DISCUSSÃO DA CARTA

Neste capítulo, pretendemos abordar a ilustração que Jacques Lacan constrói de sua teoria do significante a partir do conto policial *A carta roubada* (1844), de Edgar Allan Poe (2008). Nosso intuito é reconhecer alguns pontos nodais que nos servirão quando abordarmos um certo entendimento da cadeia significante no terceiro capítulo.

Para isso, acompanharemos, na primeira seção, as interrogações de Lacan (1985, 1998) ao longo do *Seminário sobre “A carta roubada”* (1956), texto em que interpreta o conto homônimo de Edgar Allan Poe. Aliás, este texto que abre os *Escritos* (1966) é a formalização de uma das suas aulas incluídas no seminário *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, ocorrido entre novembro de 1954 e junho de 1955, que utilizaremos nesta seção também.

A fim de criticarmos e revisarmos alguns pontos do entendimento lacaniano do conto, estabeleceremos um diálogo, na segunda seção, com Jacques Derrida (2007), em *O carteiro da verdade* (1975), e, na terceira seção, com Slavoj Žižek, em *Why does a Letter always arrive at its Destination?* (1992). Para aproximar as questões abordadas, neste capítulo, da comunicação, buscaremos especular, na última seção, como poderíamos nos apropriar dessa perspectiva para pensar o nosso campo.

2.1. A interpretação lacaniana

“O que é, afinal, uma carta? Como é que uma carta pode ser roubada?” são as indagações produzidas por Jacques Lacan (1985, p. 249) no interior do Seminário 2, sobre *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (1954-1955). A carta, da qual fala o psicanalista francês, passeia sozinha. É, na expressão dele, *uma folha volante*. Uma carta que não sabemos a quem pertence, se ao remetente ou a quem é destinada. Uma carta cujas prerrogativas incendeiam um circuito simbólico no qual os personagens do conto policial *A carta roubada* (1844), do escritor Edgar Allan Poe, ficam aprisionados, em cadeia.

Esta interpretação nos leva a interrogar o entendimento de Lacan em relação a esta carta, uma carta investida sobretudo de função significante. A utilização do conto policial como ilustração de sua teoria do significante possibilitou uma maior apreensão do funcionamento inconsciente das repetições de um significante que se movimenta de maneira

automatizada. *O Seminário sobre “A carta roubada”* (1956) é uma das elaborações mais conhecidas no interior das discussões geradas pelo psicanalista francês no movimento estruturalista do século passado.

Ao nos debruçarmos sobre a interpretação lacaniana do conto policial, tentaremos evidenciar como o percurso de um significante constrói uma cadeia de repetições que leva os personagens do conto a mudarem de lugar dependendo de onde a carta fica situada. Este funcionamento nos interessa na medida em que podemos utilizá-lo com o intuito de transpor a cadeia significante para o campo da comunicação. Pois, se a lógica do significante, como aborda Lacan, organiza uma cadeia comunicacional, nada melhor do que desvendá-la a fim de identificar a repetição que a estrutura. Começemos, portanto, pelos diálogos do conto de Edgar Allan Poe recortados pelo psicanalista francês.

2.1.1. Os diálogos do conto

No conto *A carta roubada* (1844), descobrimos que um certo documento, de máxima importância, foi roubado de uma pessoa ilustre que nada pôde fazer para evitar o dolo, embora soubesse quem era o ladrão. O documento, uma carta. A pessoa ilustre, a Rainha. O ladrão, o Ministro D.

O enigma da história se desenrola a partir do fato de a polícia parisiense, a mando da Rainha, procurar há 18 meses a carta, que está escondida na casa do Ministro, sem conseguir encontrá-la. A possibilidade de a carta não estar na casa é excluída, pois a ascendência que o Ministro consegue exercer diante da Rainha depende do seu uso imediato, como nos é explicado em passagens como esta:

As peculiares condições atuais dos negócios da corte, e em especial daquelas intrigas em que D. está subitamente envolvido, tornam o acesso instantâneo ao documento, a possibilidade de ele ser obtido [usado] a todo e qualquer momento, um ponto de importância quase igual à da sua posse (POE, 2008, p. 52).

Portanto, tudo se passa como se, por uma certa incapacidade, a polícia não *conseguisse* encontrar a carta roubada, mesmo utilizando técnicas de investigação que *conseguiriam* dar conta do recinto em que se presume que ela estivesse. Por isso, o Inspetor de Polícia G. procura o detetive C. Auguste Dupin, que está na pequena biblioteca de seu

apartamento, para pedir sua opinião a respeito deste caso, encontrando-o com seu amigo, que, inclusive, é o narrador geral da história.

Ao abrir a porta, o Inspetor os encontra sentados no escuro, no que Dupin se levanta com o intuito de ligar a luz, mas não chega a tal ponto pois o Inspetor diz que se trata de um assunto oficial que lhe causou muitas complicações. “Se é ponto que requeira reflexão — observou Dupin, abstendo-se de acender o pavio —, melhor será que o examinemos no escuro” (POE, 2008, p. 48). Portanto, é na penumbra da pequena biblioteca que o caso começará a ser contado pelo Inspetor aos dois ouvintes atentos às suas palavras.

A investigação em questão é apresentada pelo Inspetor como esquisita, como um caso assaz esquisito, de modo que Poe (2008, p. 49, grifo nosso) nos explica que o Inspetor nomeava desta forma tudo que ultrapassasse sua compreensão, a ponto de viver “em meio a uma *legião absoluta de ‘esquisitices’*”. Aliás, além de o caso ser lido como esquisito, também nos é relatado como sendo simples demais. “O fato é... o negócio é *muito* simples, na verdade; eu não tenho dúvida de que podemos, nós mesmos, tratá-lo devidamente” (POE, 2008, p. 49, grifo do autor).

“Simples e esquisito” (POE, 2008, p. 49), indaga Dupin. A suspeita diante do relato leva o detetive a afirmar que talvez seja a própria simplicidade do caso em questão que está atrapalhando os policiais. “Talvez o mistério seja um pouco simples demais — insistiu Dupin. [...] *Um pouco evidente demais*” (POE, 2008, p. 49, grifo nosso). Entretanto, as palavras de Dupin causam apenas gargalhadas no Inspetor, demonstrando como o personagem não conseguia notar do que Dupin começava a suspeitar neste primeiro diálogo. Aliás, o efeito das palavras de Dupin no Inspetor leva Jacques Lacan (1998, p. 24) a afirmar “que seja, como insinuara Dupin, por um problema ser simples demais, ou evidente demais, que ele possa parecer obscuro, eis aí algo que nunca terá maior peso para o Inspetor do que uma fricção um tanto vigorosa na caixa torácica”.

Após isso, o Inspetor lembra que recebeu uma informação pessoal, “da mais alta esfera, de que um certo documento da máxima importância foi roubado dos apartamentos reais. O indivíduo que o furtou é conhecido, isso está fora de dúvida: ele foi visto roubando-o” (POE, 2008, p. 49-50). Além disso, sabe-se que o documento ainda está sob seu poder. “O documento em questão — uma carta, para ser franco — havia sido recebido pela personagem roubada enquanto se achava a sós no *boudoir* real. [...] Depois de um apressado e

vão esforço de ocultá-la numa gaveta, viu-se ela compelida a colocá-la aberta, sobre a mesa” (POE, 2008, p. 50, grifo do autor), de modo que o ladrão a leva, deixando outra no seu lugar.

O Inspetor, além de salientar que a recompensa da recuperação da carta é enorme, conta também que procurou em todos os cantos onde o papel pudesse estar. Isso é possível porque o ladrão, que neste caso é o Ministro D., não se encontra em sua casa na maioria das noites, deixando o espaço livre para a polícia agir.

Bem, o fato é que aproveitamos nosso tempo e procuramos *em todos os lugares*. Tenho uma longa experiência nesses assuntos. Explorei o edifício inteiro, quarto por quarto, devotando toda uma semana a cada um. Examinamos, primeiramente, o mobiliário de cada apartamento. Abrimos todas as gavetas, e creio que você sabe que, para um agente policial devidamente treinado, uma gaveta *secreta* é algo impossível de existir. [...] A coisa é tão simples! Num quarto, existe uma certa quantidade de espaço a ser levado em conta. Temos regras acuradas a respeito. Nada nos escapa, nem a quinquagésima parte de uma linha (POE, 2008, p. 53, grifo nosso e do autor).

Ou seja, a polícia esgotou o espaço presumido, a série conhecida dos esconderijos. A conversa induz a noção de imbecilidade do Inspetor, pelo fato de os policiais não imaginarem nada além do que um intelecto comum imaginaria ao esconder um objeto. Isso ocorre sobretudo porque eles avaliam o intelecto do Ministro como se fosse o deles. “Levam em conta tão somente suas *próprias* noções de engenhosidade e, ao procurar algo escondido, consideram apenas os modos pelos quais *eles* o teriam escondido” (POE, 2008, p. 59, grifos do autor).

Além disso, o Inspetor imagina que o ladrão, neste caso o Ministro, é louco por também ser poeta, o que leva Dupin a afirmar que “a fonte de sua derrota está na suposição de que o ministro é um maluco, porque adquiriu renome como poeta. Todos os malucos são poetas; é isso que o comissário [Inspetor] de polícia *sente*” (POE, 2008, p. 60, grifo do autor). A partir de uma falsa distribuição do termo médio, portanto, o Inspetor é induzido a concluir que todo poeta é louco, mas Lacan (1998) lembra que o personagem se esquece que há uma superioridade do poeta em matéria de esconderijo.

Este primeiro diálogo entre Dupin e o Inspetor é visto por Lacan (1998, p. 20, grifo nosso) como entre um surdo e alguém que ouve, representando a complexidade do que se compreende pela noção de comunicação. “A comunicação pode dar a impressão [...] de só comportar em sua transmissão *um único sentido*, como se o comentário pleno de significação que lhe confere aquele que ouve pudesse, por passar despercebido àquele que não ouve, ser

tido como neutralizado”. É claro que aqui diz respeito também ao fato de o relato ter vários filtros subjetivos, ou seja, a narração pelo narrador geral da história, o relato do Inspetor de Polícia a Dupin da narrativa que a Rainha fez, de modo que “a mensagem assim retransmitida nos assegura a respeito do que não é absolutamente evidente, ou seja, que ela com efeito *pertence à dimensão da linguagem*” (LACAN, 1998, p. 21, grifo nosso).

Um mês se passa até o Inspetor voltar novamente ao apartamento de Dupin, onde o encontrou novamente de maneira semelhante, com o seu amigo que narra o conto. É neste segundo diálogo que Dupin e seu amigo o interpelam a respeito da carta roubada, sabendo que aquele desistiu da investigação depois de ter procurado em todos os esconderijos presumidos. “O fato é que ela [a carta] adquire maior importância a cada dia que passa e, recentemente, a recompensa foi duplicada. Mas, mesmo que houvesse sido triplicada, eu [o Inspetor] não poderia ter feito mais do que fiz” (POE, 2008, p. 56).

Entretanto, ele daria cinquenta mil francos a quem pudesse ajudá-lo, no que Dupin retruca, pegando um talão de cheques e pedindo para o Inspetor preenchê-lo para ele. “Quando o tiver assinado, eu lhe entregarei a carta” (POE, 2008, p. 57). Atônito, mudo e incrédulo,

aparentemente recobrando-se do choque, tomou da pena e, depois de algumas pausas e de alguns olhares errantes, preencheu e assinou um cheque no valor de cinquenta mil francos e passou-o, sobre a mesa, a Dupin. [...] Em seguida, destrancando uma *escritoire*, [Dupin] tirou de dentro dela uma carta e passou-a ao comissário [Inspetor]. O funcionário, agarrando-a em perfeita alegria agônica, abriu-a com mão trêmula, relanceou os olhos rapidamente pelo conteúdo do documento e, lutando por alcançar a porta, abandonou a sala sem qualquer cerimônia (POE, 2008, p. 57, grifo do autor).

Entretanto, há algo a se perguntar diante desta cena em que o detetive Dupin entrega ao Inspetor de Polícia o objeto do dolo, a carta roubada. Pois, por que os policiais não encontraram a carta em parte alguma mesmo que ela estivesse no campo de investigação deles, como comprovou o detetive Dupin ao encontrá-la? Para responder a esta questão, precisaremos abordar as duas cenas salientadas por Jacques Lacan através dos relatos dados tanto pelo Inspetor quanto por Dupin.

2.1.2. A cena e sua repetição

A leitura de Lacan encontra duas cenas centrais na história do conto de Poe: a primeira é nomeada como cena primitiva — o que não significa cena de origem — e a segunda como sua repetição. Na primeira, tudo se passa na alcova real, onde a Rainha recebe uma carta e, com a chegada do Rei, vê-se “compelida a colocá-la aberta, sobre a mesa. *O endereço, todavia, estava voltado para cima* e, de vez que *o conteúdo estava escondido*, a carta não foi percebida” (POE, 2008, p. 50, grifo nosso). Entretanto, nesse momento, a entrada do Ministro a deixa embaraçada, pois ele poderia fazer uma ideia da carta que colocaria a honra e a segurança dela em jogo. Só que a carta não escapa dos olhos de lince do Ministro, que nota também a desorientação dela.

“A partir daí tudo se desenrola como um relógio” (LACAN, 1998, p. 15), pois o Ministro se apodera da carta sem que a Rainha possa fazer alguma coisa, pois qualquer ação dela poderia despertar a atenção do Rei, que se encontra ao seu lado neste momento. No lugar em que estava a carta da Rainha, o Ministro deixa uma outra que tirou do seu bolso, de modo que esta é interpretada por Lacan como um *resto*. Portanto, o resultado da cena primitiva é que “o ministro furtou à Rainha sua carta e que — resultado ainda mais importante que o primeiro — a Rainha *sabe* ser ele quem a detém agora e não inocentemente” (LACAN, 1998, p. 15, grifo nosso).

A segunda cena se passa no gabinete do Ministro, que recebe Dupin em sua casa. Munido de seus óculos verdes, Dupin inspeciona o recinto, à procura da carta roubada, que vinha sendo procurada pela polícia parisiense no recinto do Ministro. Enquanto mantinha o Ministro entretido numa conversa de seu interesse, Dupin, que estava convencido de que, “para ocultar a carta, o ministro tinha apelado para o expediente compreensível e sagaz de não tentar ocultá-la, em absoluto” (POE, 2008, p. 64-65), encontra-a em um ilustre porta-cartas de cartolina, que está pendurado bem no meio do painel da lareira. Apesar dos detalhes estarem forjados para contrariar a descrição feita da carta roubada, *o formato é compatível*.

A partir daí, só era necessário encontrar um pretexto para voltar ao gabinete novamente a fim de apoderar-se da carta, o que é conseguido através do *esquecimento* da tabaqueira sobre a mesa. Ao retornar ao gabinete do ministro para buscá-la, Dupin apodera-se da carta enquanto um incidente de rua mantém o ministro à janela, e a troca por uma contrafação que simula o atual aspecto da carta, ou seja, substitui-a por seu simulacro

(*semblant*). O resultado da segunda cena: “o ministro não possui mais a carta, mas disso ele não tem a menor ideia, longe de suspeitar ter sido Dupin quem a raptou” (LACAN, 1998, p. 16).

No entanto, Dupin dá uma redação à mão à carta factícia, deixando que o ministro a leia quando quiser utilizá-la: “Um desígnio tão funesto, Se não é digno de Atreu, é digno de Tiestes”, retirado do *Atrée*, de Crébillon. Lacan sublinha que essas duas cenas são semelhantes por causa da intersubjetividade que as motiva e dos três termos estruturados. Ou seja, os três termos correspondem aos três tempos lógicos em que a ação se desenvolve e aos três lugares que são atribuídos aos sujeitos. Por isso, uma afirmação central como esta:

três tempos, portanto, ordenando três olhares, sustentados por três sujeitos, alternadamente encarnados por pessoas diferentes. O primeiro é o de um olhar que nada vê: é o Rei, é a polícia. O segundo, o de um olhar que vê que o primeiro nada vê e se engana por ver encoberto o que ele oculta: é a Rainha, e depois, o ministro. O terceiro é o que vê, desses dois olhares, que eles deixam a descoberto o que é para esconder, para que disso se apodere quem quiser: é o ministro e, por fim, Dupin (LACAN, 1998, p. 17).

Aos olhos de Lacan (1998, p. 18), a semelhança entre as duas cenas dá-se a partir da tríade intersubjetiva que atribui os três termos estruturados aos sujeitos que se revezam em seu deslocamento, dependendo do “lugar que vem a ocupar em seu trio esse significante puro que é a carta roubada”. Ou seja, neste momento da teoria lacaniana não são os sujeitos que, de maneira autônoma, mudam de lugar, mas é a carta que lhes atribui um lugar. Lugar que pode ser o da cegueira, o do que esconde ou o do que consegue roubar, mas isso dependerá do lugar da carta na cadeia significativa que os está percorrendo *em dado momento*.

Aliás, Lacan (1998) faz uma analogia entre a intersubjetividade e a técnica atribuída ao avestruz, chamando-a de política do *autruiche*, neologismo do psicanalista francês que associa *autre* (outro) e *autruiche* (avestruz). A técnica é repartida em três parceiros, “dos quais o segundo se acreditaria revestido de invisibilidade, pelo fato de o primeiro ter sua cabeça enfiada na areia, enquanto, nesse meio tempo, deixaria um terceiro deparar-lhe tranquilamente o traseiro” (LACAN, 1998, p. 17).

Por isso que o Inspetor de Polícia não consegue encontrar a carta roubada, pois se encontra no lugar marcado pela cegueira, o que o impede de ver o que *não* está oculto. Entretanto, a carta torna-se oculta na medida em que o Ministro faz de tudo para não

escondê-la, pois sabe que a polícia buscará nos lugares conhecidos dos esconderijos. Daí a tentativa de deixar “o campo livre *com suas ausências*” (LACAN, 1998, p. 35, grifo nosso). Só que, no momento em que o Ministro esconde a carta, há um deslocamento de lugar, ou seja, ele ocupará o lugar que outrora fora da Rainha.

Ou seja, o Ministro se desloca do lugar daquele que podia roubar a carta pois conseguia vê-la, mesmo que o outro tentasse escondê-la, para o lugar deste que esconde na medida em que a deixa descoberta para outro roubá-la. Tudo isso motivado pelo fato de o lugar que a carta ocupa em relação aos personagens que ela induz a se deslocar. Aliás, é importante lembrar que Dupin deixou *versos atrozes* escritos à mão na carta falsificada, que poderão ser lidos pelo Ministro quando quiser utilizá-la contra a Rainha.

Portanto, nem mesmo Dupin, que soube tão bem desvendar o circuito simbólico da carta, conseguiu não ficar implicado nele. Pois, ao escrever os versos na carta falsificada, o Ministro poderá reconhecer quem é o novo ladrão através da grafia da escrita de Dupin, através dos rastros simbólicos deixados. E, quando isso ocorrer, novamente os sujeitos mudarão os lugares anteriormente ocupados. Tudo isso motivado por uma carta investida de função significante que produz uma cena que se repete, que estrutura novamente determinados lugares. Por isso,

“*tal é a resposta do significante para além de todas as significações: ‘Acreditas agir quando te agito ao sabor dos laços com que ato teus desejos. Assim, estes crescem como forças e se multiplicam em objetos que te reconduzem ao despedaçamento de tua infância dilacerada. Pois bem, é isso que será teu festim até o retorno do convidado de pedra que serei para ti, posto que me evocas’*” (LACAN, 1998, p. 45, grifo nosso).

A resposta do significante está para além de todas as significações pois se relaciona com aquilo a que Lacan (1998) chama de *insistência* da cadeia significante. Uma insistência que serve como princípio do automatismo de repetição no interior do funcionamento significante que causa o deslocamento dos personagens em relação aos lugares ocupados. Um deslocamento que, devido ao funcionamento alternante por princípio, exige também que o significante deixe seu lugar, “nem que seja para retornar a este circularmente” (LACAN, 1998, p. 33).

Desse modo, não há apenas a Rainha, o Ministro D., o Rei, o detetive Auguste Dupin e o Inspetor de Polícia como sujeitos do conto de Edgar Allan Poe, mas a própria carta é um

sujeito. Aliás, um sujeito central, pois Lacan (1998, p. 33) concluirá que o verdadeiro sujeito do conto *A carta roubada* (1844) é a própria carta, pois “é por poder sofrer um desvio que ela tem um trajeto *que lhe é próprio*”. Um trajeto que acaba estruturando uma cena que se repete. Os sujeitos que participam da cena até podem mudar ou fazer parte dela novamente, ocupando outros lugares, mas a cena que volta a ocorrer só pode levar o psicanalista francês a privilegiar aquilo que chamará de automatismo de repetição, de um retorno do significante, ou, até mesmo, de um significante automatizado que retorna¹. Portanto, para Lacan (1998, p. 45, grifo do autor), o que quer dizer esta carta que retorna circularmente, ou melhor, “o que quer dizer ‘a carta roubada’, ou ‘não retirada’, [*lettre en souffrance*], é que uma carta sempre chega a seu destino”.

2.1.3. A carta, a letra

Ao se voltar para a importância da carta no interior do conto, Jacques Lacan (1998) privilegia a dimensão da linguagem em vez da emissão e da recepção, até porque o destino da carta não se restringe a uma cadeia comunicativa que inicia em um emissor e termina em um receptor. A carta, como falamos anteriormente, está investida de uma função: a função significante. A partir daí fica mais fácil compreender por que o psicanalista francês evidencia tanto que o conteúdo da carta permanece oculto. O conteúdo da carta, a mensagem que ela leva, não pode ter outra relação senão com a do significado.

Uma outra questão interessante de abordar é a da localização da carta ao longo do conto. Lacan (1998) afirma que seria preciso que a carta fosse dotada da propriedade de *nulubidade* — isto é, de não estar *em parte alguma* — para que não fosse encontrada pela investigação dos policiais. Mas a carta, neste caso, o significante, mantém relações estranhas (*odd, bizarre*) com o lugar. “Digamos que essas relações são *singulares*, pois são justamente essas que o significante mantém com o lugar” (LACAN, 1998, p. 26, grifo nosso). Portanto, é difícil localizar a carta/letra roubada, pois ela consegue estar *e* não estar em *algum lugar*, por isso

uma localização que, estranhamente, é sempre uma ‘ausência em seu lugar’, se lugar tiver que designar um espaço na realidade objetiva — e seu caráter insecável — localização e insecabilidade que atribuem, então, uma materialidade *singular* (assim

¹ Desdobraremos este ponto no próximo capítulo.

Lacan traduz o termo inglês *odd*) ao significante. Essa mesma materialidade singular no que tem de *inquantificável* (NANCY; LACOUÉ-LABARTHE, 1991, p. 36, grifo dos autores).

A materialidade *singular* do significante aparece no nosso discurso material, pois tomamos emprestado da estrutura da linguagem, não deixando com que possamos nos servir de significantes de uma maneira totalmente autônoma. É isso que fará com que Lacan (1985, p. 259) afirme que a linguagem “traz uma dimensão nova, não ao mundo, [...] pois é justamente a dimensão que torna um mundo possível na medida em que um mundo é um universo submetido à linguagem”.

A outra questão é que a carta não se contenta em ter apenas um único sentido, pois a carta pode ter um sentido totalmente diferente para Rainha e para o Ministro. “Assim que ela passa para o bolso do ministro, ela não é mais como era antes, seja lá o que for que tinha sido. Ela não é mais uma carta de amor, uma carta de confiança, [...] ela é uma prova” (LACAN, 1985, p. 250). Aliás, quando a carta está com o Ministro, ele lhe confere um outro aspecto, o que dificulta ainda mais o trabalho de investigação da polícia, que tinha outra descrição da carta roubada. Daí porque Lacan (1998, p. 28-29) dizer que

um sinete diferente sobre um lacre de outra cor, e um outro estilo de grafismo no sobrescrito são, ali, o mais inquebrantável dos esconderijos. E, se eles [os policiais] se detêm no reverso da carta, que, como sabemos, era onde se inscrevia na época o endereço do destinatário, é porque, para eles, a carta não tem outra face senão esse reverso.

Mas o que Lacan (1998, p. 30) nota no conto é que “não é apenas o sentido, mas o texto da mensagem que seria perigoso pôr em circulação”. No conto, não sabemos nada da mensagem da carta, apenas que a Rainha não pode deixar o Rei descobri-la, mas não sabemos o motivo disso, apenas que o *juramento de fidelidade* ao Rei impede à Rainha de deixá-lo tomar conhecimento da carta. Isso nos ajuda a entender também como há mais de uma cadeia significante ao mesmo tempo, pois a cadeia significante do juramento não se inscreve na mesma cadeia em que a carta roubada está.

2.2. A crítica de Derrida

A interpretação do conto policial de Edgar Allan Poe feita por Jacques Lacan no *Seminário sobre “A carta roubada”* (1956) gerou uma polêmica em relação ao seu pensamento, a ponto de um filósofo como Jacques Derrida criticá-lo em um artigo intitulado *O carteiro da verdade* (1975), publicado na revista *Poétique* 21. Neste escrito, o filósofo francês começa por elogiar um certo deslocamento produzido pelo psicanalista francês em relação às críticas literárias feitas sob perspectiva psicanalítica. Pois, anteriormente, a crítica se voltava para uma espécie de psicobiografia do autor como se estivesse à procura do que está além do texto. Um exemplo disso pode ser retomado por meio do trabalho da psicanalista Marie Bonaparte, que já havia se debruçado sobre o autor de *A carta roubada* (1844) em *A vida e as obras de Edgar Allan Poe — uma interpretação psicanalítica* (1933).

Entretanto, a partir de Jacques Lacan, o semanticismo ingênuo é interrompido pela lógica do significante, lógica que é ilustrada a partir de um exemplo ficcional. “Sem qualquer precipitação no sentido do conteúdo semântico ou temático de um texto, a organização do significante é tomada em conta por ele. Tanto em sua materialidade quanto em sua formalidade” (DERRIDA, 2007, p. 470). Ou seja, Lacan não está preocupado em relacionar a obra do escritor Edgar Allan Poe com sua biografia sob uma perspectiva psicanalítica, mas encontrar no conto a explicação de seu entendimento do funcionamento do que compreende por significante.

Entretanto, a ficção do conto com Lacan é destinada a ilustrar, é colocada em posição ilustrativa, pois “ilustrar quer dizer, aqui, dar a ler a lei geral sobre o exemplo, tornar claro o sentido de uma lei ou de uma verdade, manifestá-los de maneira incontestável e exemplar. O texto está a serviço da verdade, e de uma verdade aliás ensinada” (DERRIDA, 2007, p. 472). Aliás, uma verdade cujo deciframento deve ser feito sobretudo a partir do ensinamento de Sigmund Freud, do retorno à sua obra. “Não é, como veremos, uma ou outra verdade, é a própria verdade, a verdade da verdade” (DERRIDA, 2007, p. 472).

Uma das primeiras incomodações de Derrida (2007, p. 462) parece residir no discurso dito científico do psicanalista francês diante de uma ficção literária que já contém o que ele procura, como se *já se encontrasse ali*, “felizmente disponível para o discurso de seu ensino”. Utilizar o conto como ilustração da emergência de uma verdade teórica leva Derrida (2007, p. 471) a apontar que “o excesso de evidência sempre requer o suplemento de investigação. É

preciso, agora, se aproximar, reler, interrogar”. Portanto, acompanhemos algumas interrogações do filósofo francês recortadas por nós diante do *Seminário sobre “A carta roubada”* (1956). A primeira delas, quanto ao triângulo estrutural.

2.2.1. O triângulo estrutural

A história do conto *A carta roubada* (1844) é “decerto a de uma carta, do roubo e do deslocamento de um significante” (DERRIDA, 2007, p. 473). Mas não necessariamente tem apenas duas cenas, aliás Jacques Derrida encontra pelo menos três. E, mais ainda, a estrutura não necessariamente é um triângulo, até porque o filósofo francês encontra um quadrado. Isso ocorre porque, diferente de Jacques Lacan, o narrador é levado em conta, não está excluído da estruturação dos lugares. A tentativa de neutralizar o narrador geral da história na interpretação lacaniana é nomeada por Derrida como o primeiro tempo da exclusão.

Para o psicanalista francês, ele não acrescenta nada, mas “se o filtro do narrador ‘pertence bem à dimensão da linguagem’, é que não se pode excluir essa quarta posição, a título de generalidade elementar, das cenas triangulares que formariam seu objeto contido no título do ‘drama real’” (DERRIDA, 2007, p. 476). Dessa forma, a psicanálise formalista de Jacques Lacan encontraria o semanticismo hermenêutico por uma questão que Derrida (2007) chama de moldura: o recorte triangular de um Édipo agora lido estruturalmente.

O lugar original do narrador dos dois lados da narrativa, o estatuto específico de seu discurso — que não é neutro ou cujo efeito de neutralidade não é neutro —, suas intervenções, sua própria posição psicanalítica jamais serão interrogados na continuação do Seminário, que será a análise das ‘tríades’ ditas ‘intersubjetivas’, as que constituem o interior da história contada, o que Lacan chama a ‘história’ ou o ‘drama’, o ‘drama’ real (DERRIDA, 2007, p. 475).

A crítica derridiana, quanto à tríade estrutural, tenta evidenciar como a leitura de Lacan se organizou de uma maneira a encontrar um Édipo implícito na estrutura, uma repetição que constrói triangulações compulsivamente, desde que se apazigue a presença do narrador geral da história ao longo do conto de Edgar Allan Poe. Portanto, compreendemos que este ponto trazido por Derrida (2007) é de grande importância para nós, pois permite, ainda mais em um campo como o da comunicação — em que as questões edípicas não estão em primeiro plano —, questionar se não seria possível encontrar, não no conto *A carta*

roubada (1844), mas como possível análise ainda por vir, uma repetição que estrutura cenas que não sejam triangulares, mas que constróem outra estruturalidade.

2.2.2. O destino da carta

A circulação da carta não permite que ela seja possuída, “nem por seu remetente nem por seu destinatário” (DERRIDA, 2007, p. 468). Ou seja, o sujeito não comanda a carta, não é *senhor ou autor do significante*. “Não é ele quem comanda, emite ou orienta, dá lugar, sentido ou origem. Se existe um sujeito *do* significante, é por estar submetido à lei do significante” (DERRIDA, 2007, p. 468, grifo do autor). Logo, podemos concluir que a carta não tem proprietário. Só que, para Derrida (2007), a carta não tem proprietário *aparentemente*.

Ela não é, *aparentemente*, propriedade de ninguém. Ela não tem sentido próprio, nenhum conteúdo próprio que importe, em aparência, a seu trajeto. Ela é, portanto, estruturalmente voadora e roubada. E esse vôo não teria lugar se ela tivesse um sentido ou, pelo menos, se ela fosse constituída pelo conteúdo de seu sentido, se ela se limitasse a ter sentido e a ser determinada pela legibilidade desse sentido (DERRIDA, 2007, p. 468-469, grifo nosso).

Só que, aos olhos de Derrida (2007), a carta da qual fala Lacan até pode, aparentemente, não se contentar em ter um único sentido, como se a multiplicidade possível desse o movimento que a coloca em circulação. Só que “o que aconteceria se se demonstrasse que, segundo Lacan, a carta se contentasse de ter um sentido, e um único?” (DERRIDA, 2007, p. 469). Para o filósofo da desconstrução, o significante se reconduz à sua origem emissora, ou seja, volta às mãos da Rainha². Tenderíamos a criticá-lo neste ponto, pois pensar a Rainha como origem emissora da carta nos parece problemático, já que ela foi recebida de outro, que desconhecemos maiores detalhes de quem seja.

Mas, continuando o raciocínio de Derrida (2007), a carta é reconduzida ao seu lugar próprio por um trajeto *próprio*, de modo que o destino é compreendido como direção. Diante disso, a carta “reencontra seu sentido próprio em seu lugar próprio. Uma certa re-apropriação e uma certa re-adequação vão reconstituir o próprio, o lugar, o sentido, a verdade distanciados deles mesmos pelo tempo de um desvio ou de um sofrimento” (DERRIDA, 2007, p. 483).

² “[A carta] retorna ao remetente, que não é o signatário do bilhete mas o lugar em que ele começou a se *destacar* de seu detentor ou legatário feminino” (DERRIDA, 2007, p. 487, grifo do autor).

Derrida (2007) não está a dizer que o sentido da carta, ou seja, o que está escrito nela, é conhecido por nós, mas, sim, que

quando ele [Lacan] diz que ela não tem sentido próprio, devemos entender doravante: sentido como conteúdo exaurível do que está escrito no bilhete. Pois o significante-carta, na topologia e na semântica psicanalítico-transcendental de que se trata, possui um lugar e um sentido próprios que formam a condição, a origem e a direção de toda a circulação, assim como de toda a lógica do significante (DERRIDA, 2007, p. 483).

Como a carta retorna circularmente devido ao automatismo de repetição, o significante, na visão derridiana, nunca se perde, nunca se despedaça sem retorno. Isso ocorreria, segundo esta perspectiva, devido a este automatismo de repetição que nada mais é que uma monotonia insistente, um retorno que nunca deixa a carta se perder durante um trajeto. Ou seja, só resta “recolocar a carta no caminho certo, supondo que sua trajetória seja uma linha, é corrigir um desvio, retificar uma distância, lembrar, pela boa regra, quer dizer, a norma, uma direção ou uma linha autêntica” (DERRIDA, 2007, p. 490).

Na leitura de Derrida (2007, p. 535, grifo do autor), não há uma destinação garantida, pois “uma carta *não chega sempre* a seu destino e, posto que isso pertence à sua estrutura, pode-se dizer que ela nunca chega lá verdadeiramente, que, quando chega, seu poder-não-chegar a atormenta com uma deriva interna”. Neste sentido, a carta poderia se disseminar ao longo do seu percurso, ela poderia se dividir, ou seja, ser picada em pedacinhos. Entretanto, podemos responder à crítica de Jacques Derrida com um lacaniano como Slavoj Žižek.

2.3. A defesa de Slavoj Žižek

O filósofo esloveno Slavoj Žižek defende a tese lacaniana de que uma carta sempre chega ao seu destino em *Why does a letter always arrive at its destination?* [Por que uma carta sempre chega ao seu destino?], capítulo do livro *Enjoy your symptom!: Jacques Lacan in Hollywood and out* [Goze, sintoma!: Jacques Lacan dentro e fora de Hollywood] (1992). A explicação da tese lacaniana ocorre por meio de alguns filmes, entre eles *City Lights* [Luzes da Cidade] (1931), de Charles Chaplin.

Nesta película, a irrupção da voz é utilizada por Žižek (1992) como a metáfora da intrusão do mundo simbólico no interior de um cinema que era mudo anteriormente. O poder disruptivo da voz introduz um corpo estranho, “como um tipo de parasita que introduz uma divisão radical” (ŽIŽEK, 1992, p. 02, tradução nossa)³: o filme perde sua inocência burlesca, ficando sob o signo da morte e da sublimação, pois entra em um universo outro, ou seja, em um universo simbólico.

É neste universo que a carta circula, mas não só. Entretanto, atentemo-nos, primeiramente, a esta dimensão. O desvio da carta roubada acaba formando um circuito simbólico, circuito que se fechará quando a carta voltar para as mãos da Rainha após ter feito um trajeto que lhe é próprio, um trajeto sobretudo prolongado, um trajeto cujo desvio mobiliza os personagens do conto. É por isso que Lacan (1998, p. 45, grifo nosso) afirmará que “uma carta *sempre* chega ao seu destino”. Ou seja, a carta até pode se desviar, mas ela encontrará, de uma forma ou de outra, o seu destino.

Para Žižek (1992, p. 07, tradução nossa) a carta chega ao seu destino quando nós não estamos mais ocupando os lugares vazios de uma estrutura fantasmática do outro, “quando o outro finalmente ‘abre seus olhos’ e compreende que a carta real não é a mensagem que, supostamente, nós carregamos, mas nosso ser em si mesmo, o objeto em nós que resiste à simbolização”⁴. Ou seja, quando nós paramos de ser os provedores das mensagens do Outro, quando paramos de ocupar os lugares em uma determinada estrutura, é quando a carta chega também ao seu destino.

Entretanto, tal qual Jacques Derrida, é legítimo perguntar e questionar sobre o porquê uma carta *sempre* chega ao seu destino, já que aqui existe uma polissemia de interpretações que inscrevem a importância da leitura do conto *A carta roubada* (1844) empreendida por Jacques Lacan. A carta se destina àquele a quem ela se dirige, a um destinatário antecipado pelo signatário? Ou será que o destinatário a quem a carta se dirige não é o *verdadeiro* receptor da mensagem?

Slavoj Žižek (1992, p. 09, grifo do autor, tradução nossa) se questiona por que o psicanalista francês afirmou que a carta sempre chega ao seu destino, “por que poderia

³ “as a kind of parasite introducing radical split” (ŽIŽEK, 1992, p. 02).

⁴ “when the other finally ‘open his eyes’ and realizes that the real letter is not the message we are supposed to carry but our being itself, the object in us that resists symbolization” Žižek (1992, p. 07).

também — às vezes, pelo menos — *fracassar* em alcançá-lo? [...] Não é sempre possível que uma carta se perca?”⁵, para logo depois responder que

se, no entanto, a teoria lacaniana insiste categoricamente que uma carta *sempre* chega ao seu destino, e não é devido a uma incomovível crença na teleologia, no poder de uma mensagem para alcançar sua meta preestabelecida: de algum modo, a exposição que Lacan faz de que uma carta que chega ao seu destino *desnuda o mecanismo mesmo da ilusão teleológica* (ŽIŽEK, 1992, p. 09-10, grifo do autor, tradução nossa).⁶

O exemplo trazido pelo filósofo esloveno para desnudar o mecanismo da ilusão teleológica de uma carta que sempre chega ao seu destino encontra-se em uma história em que alguém se perde em uma ilha depois de um naufrágio do navio e decide escrever uma mensagem. Após escrevê-la, coloca dentro de uma garrafa e a joga ao mar, ou seja, a um destino empírico incerto, que não sabemos nem se chegará a algum lugar em que alguém possa lê-la. Esta pequena história ilustra a leitura que Žižek (1992) empreende em relação à tese lacaniana: pois é neste desnudamento do destino incerto da carta na ordem empírica — ou seja, em que uma carta pode se perder, não chegar a um destino esperado, ser extraviada ou destruída, que se evidencia o destino que a carta sempre chega, isto é,

ao grande Outro, à própria ordem simbólica, que a recebe *no momento em que a carta é posta em circulação*, isto é, o momento em que o remetente ‘externaliza’ sua mensagem, a entrega ao Outro, o momento em que o Outro toma conhecimento da carta e com ela libera ao remetente a responsabilidade pela mesma (ŽIŽEK, 1992, p. 10, grifo do autor, tradução nossa).⁷

Apesar da proposição *uma carta sempre chega ao seu destino* não ser unívoca, Žižek (1992) lembra que a carta chega dentro do circuito simbólico através de um erro estrutural, de um *êxito através do fracasso*, pois, na maioria das vezes, alcança seu destino sem que o saibamos de antemão qual é, pois há uma contingência no encontro da carta ao lugar que lhe

⁵ “So why *does* the letter always arrive at its destination? Why could it not — sometimes, at least — also *fail* to reach? [...] Isn’t it always possible for a letter to go astray?” (ŽIŽEK, 1992, p. 09, grifo do autor).

⁶ “If, however, the Lacanian theory insists categorically that a letter *does* always arrive at its destination, it is not because of an unshakable belief in teleology, in the power of a message to reach its preordained goal: Lacan’s exposition of the way a letter arrives at its destination *lays bare the very mechanism of teleological illusion*” (ŽIŽEK, 1992, p. 09-10, grifo do autor).

⁷ “but the big Other, the symbolic order itself, which receives it *the moment the letter is put into circulation*, i.e., the moment the sender ‘externalizes’ his message, delivers it to the Other, the moment the Other takes cognizance of the letter and thus disburdens the sender of responsibility for it” (ŽIŽEK, 1992, p. 10, grifo do autor).

corresponde *em dado momento*. Isto é exemplificado por meio da ideia religiosa de predestinação, em que há, aos olhos de Žižek (1992), uma contingência radical.

Tudo se passa como se, caso Deus tenha decidido de antemão quem será salvo e quem será condenado, nossa salvação ou perdição não dependem de nossos atos determinados, de nossas ações benevolentes, pois a “contingência se manifesta em uma inversão paródica: não sou condenado a atuar pecaminosamente, violando Seus Mandamentos, eu atuo pecaminosamente porque estou condenado” (ŽIŽEK, 1992, p. 11, tradução nossa)⁸. Neste caso, Deus só poderia ficar aliviado quando alguém que é condenado por ele, por exemplo, comete um pecado, pois já era esperado pelo próprio, no momento em que o condenou por meio da predestinação.

Entretanto, é importante lembrar, com a ajuda de Žižek (1992), que a tese de que *uma carta sempre chega ao seu destino* condensa uma série de proposições no nível simbólico, entre elas a de que o emissor recebe do receptor sua própria mensagem sob forma invertida e a de que o recalcado sempre retorna⁹. O emissor recebe do receptor sua própria mensagem sob forma invertida pode ser explicada a partir do exemplo de alguém que declara a um professor "tu és meu mestre". Ao enunciar essa proposição, o sujeito recebe a mensagem sob forma invertida, ou seja, "sou teu discípulo". A mensagem o transforma ao ser enunciada, pois produz ligações simbólicas. Mas podemos entender também da seguinte maneira: Žižek (1992) traz o exemplo de um dito que recupera sua própria mensagem sob forma invertida: em vez de declarar aberta a sessão, é dito que se declara a sessão fechada. Ou seja, um pequeno lapso permitiu que o que estava recalcado retornasse por meio da mensagem que o Outro devolve ao sujeito.

Neste nível, o que poderia querer dizer a noção derridiana de que uma carta também pode *não encontrar* seu destino? Que o recalcado pode *não* retornar, mas, ao afirmar isto, enredamos em uma ingênua noção substancialista do inconsciente como uma entidade positiva que precede ontologicamente a seus ‘retornos’ (isto é, sintomas como formações de compromisso), ideia que o próprio Derrida pôs em questão de maneira competente (ŽIŽEK, 1992, p. 14, grifos do autor, tradução nossa).¹⁰

⁸ “this contingency manifests itself in a paradoxical inversion: I’m not damned because I act sinfully, trespassing His Commandments, I act sinfully because I’m damned” (ŽIŽEK, 1992, p. 11).

⁹ Aliás, essas proposições estão relacionadas com a proposição lacaniana de que não há metalinguagem.

¹⁰ “At this level, the Derridean notion that a letter can also *miss* its destination mean? That the repressed can also *not* return — yet by claiming this, we entangle ourselves in a naive substantialist notion of the unconscious as a positive entity ontologically preceding its ‘returns,’ i.e., symptoms *qua* compromise formations, a notion competently called in question by Derrida himself” (ŽIŽEK, 1992, p. 14, grifos do autor).

A questão do recalcado que retorna guarda relação tanto com a questão do significante quanto com a do automatismo de repetição. Por isso, não trabalharemos agora pois essa questão será desenvolvida por nós no próximo capítulo.

2.4. Excerto I: uma carta que repete

Talvez fosse o caso de começar lembrando como há um deslocamento importante no interior do *Seminário sobre “A carta roubada”* (1956), pois Jacques Lacan privilegia a dimensão da linguagem, o domínio do simbólico. Com isso, acaba nos fornecendo um ponto importante para o campo da comunicação que se volta, com frequência, para o emissor e/ou o receptor. Ao colocar a carta como um dos sujeitos do conto de Edgar Allan Poe, o psicanalista francês privilegia o significante, esse material simbólico que antecede tanto o emissor quanto o receptor.

Quanto mais tendemos a achar que estamos de posse da carta, que podemos dirigi-la, mais é ela que nos dirige, que produz seus estragos, que nos deixa tanto inertes quanto em movimento. Além disso, a dimensão simbólica, para a psicanálise, constitui o sujeito, de modo que se nos voltarmos apenas para o emissor e o receptor, estaremos privilegiando a dimensão imaginária, como se fosse um eu autônomo que conversa com outro. Desse modo, tornamo-nos policiais, pois um dos jeitos de não se encontrar a carta é não se dar conta dessa dimensão que nos atravessa e que nem sempre está em primeiro plano.

É nessa dimensão, submetida à linguagem, que podemos identificar uma comunicação. Aliás, o trabalho comunicacional talvez seja permitir a ampliação da linguagem no interior do mundo, a produção de novas cartas que coloquem problemas para essas cartas automatizadas que insistem em retornar de um tempo outro, de um tempo anacrônico. Essa forma de comunicação se amplia na medida em que a linguagem também se expande, quando o efeito do choque do Real passa para o Simbólico, por mais que haja perda quando se vai da coisa, do acontecimento, para a linguagem.

A cadeia significante é produzida a partir desse automatismo que ordena o significante a se repetir insistentemente. Por isso, parecemos ter, a partir dessa perspectiva, um caminho ainda pouco explorado pela comunicação, que nos levaria a um estudo sintomatológico das repetições no interior da dimensão simbólica. No próximo excerto, aproximaremos a cadeia significante dos comentários do Facebook, mas nos atentemos, primeiramente, à possibilidade

de deslocar a concepção de cadeia significante de Lacan no campo da comunicação: é possível desconstruir a cadeia? Colocar outros traços diferenciais que permitiria reorganizações?

Ou seja, não afirmar, como Derrida, que o automatismo de repetição apenas seria uma monotonia insistente, mas pensar na possibilidade de que a cadeia significante um dia não se repetirá, o significante não retornará. Talvez nosso trabalho seja tanto em identificar a cadeia quanto em investigar o que possibilita que ela se modifique, que se perca ou que não recomece novamente. Pois, talvez com a produção de traços diferenciais no interior do Simbólico, a cadeia significante tenha a possibilidade de se modificar. Mesmo que haja no seu interior uma certa inércia, há também uma borda que, como em um rio, permite que o movimento da água a modifique.

Além da cadeia significante, o entendimento de comunicação empreendido por Lacan volta-se também para a dimensão simbólica, para o reportar indefinido do sentido. O sentido unívoco na comunicação cai por terra na medida em que entramos em contato com sentidos plurais em relação a uma mesma carta. Achar que, em uma carta, há a transmissão de um único sentido empobrece nossa experiência comunicacional, torna-a militarizada. Aliás, a mensagem não é apenas transmitida de um a outro, ela é também *re-transmitida* no interior da dimensão da linguagem, de modo que ela carrega uma espécie de relatos relatados que permutam-se em novos relatos em que se relata o relatado.

Portanto, além de haver um abismo entre o Real e o Simbólico, ou melhor, entre o acontecimento e o que é narrado dele, há também na própria transmissão simbólica, pois a linguagem permite que o relato não tenha uma fidelidade unívoca quando for passado de mão em mão. É como um telefone sem fio, alguns são fáceis de descobrir, outros mais difíceis de identificar. Vejam esse trabalho acadêmico: não começa com o conto *A carta roubada* (1844), e sim com outros textos que foram lidos anteriormente sobre psicanálise, com a experiência elaborada e, portanto, com aquilo que circula no interior da dimensão simbólica que atravessa essa escrita acadêmica.

Entretanto, a interpretação lacaniana parece nos fornecer também uma comunicação pelo olhar, pois é interessante como a Rainha, que não quer comunicar aos outros que recebeu uma carta, acaba produzindo um gesto apressado para ocultá-la que leva o Ministro a suspeitar do valor do objeto que tem em mãos. Ou seja, se ocorre uma comunicação repetitiva do significante no interior da dimensão simbólica, também ocorre uma comunicação cujo

olhar é importante, pois o gesto imaginário é flagrado pelo Ministro, é impresso nele um sentido. O modo como o corpo da Rainha fica desorientado é *lido* pelo Ministro, ou seja, ocorre uma comunicação aqui.

Aliás, em outra cena, os óculos verdes de Dupin possibilitam que o Ministro não note para onde eles se dirigem, ou seja, a comunicação pelo olhar fica oculta aqui para o outro, permite que Dupin investigue o recinto com seus olhos sem ser percebido pelo Ministro, por mais que, simbolicamente, ele deixe rastros depois na contrafação que simula o aspecto da carta. Entretanto, Lacan parece incentivar que o próprio olhar seria ordenado pela cena estruturada, dependendo do lugar que cada sujeito ocupa em determinado momento na tríade, como se o significante também motivasse o que se torna possível olhar para cada um.

3. DO SIGNIFICANTE AO AUTOMATISMO DE REPETIÇÃO

Neste capítulo, tentaremos explicar o funcionamento da cadeia significante na psicanálise levando em conta as concepções de significante e de automatismo de repetição construídas pela perspectiva freudo-lacanianiana.

Portanto, na primeira seção, abordaremos o entendimento do signo linguístico em Ferdinand de Saussure (2006) para chegarmos à desconstrução que Jacques Lacan (1985, 1997, 1998, 2003) opera no signo saussuriano para construir sua concepção do significante. Para isso, contaremos com a ajuda de outros autores, como Michel Arrivé (1999), Jean-Luc Nancy e Philippe Lacoue-Labarthe (1991), Joel Dör (1989), Lucia Santaella (2016) e Winfred Nöth (2016).

Já na segunda seção, nosso interesse residirá na tentativa de explicar o automatismo de repetição a partir de Sigmund Freud (2010) para chegar à leitura lacanianiana deste conceito no interior da cadeia significante. Isso ocorrerá através das considerações de Jacques Lacan (1988), Bruce Fink (1997), Colette Soler (2013), Dominique Fingermann (2013) e Luiz Alfredo Garcia-Roza (1993). Além disso, na última seção, buscaremos aproximar a cadeia significante do campo da comunicação a partir dos comentários do Facebook.

3.1. O significante de Saussure a Lacan

Em uma entrevista de junho de 1970 para a rádio belga RTB, Jacques Lacan (2003) reconheceu que havia definido o significante de uma maneira que ninguém havia ousado a fazer. A partir de sua leitura da linguística de Ferdinand de Saussure e de seu retorno a Sigmund Freud, Lacan retirou aquilo a que chamou, em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* (1957), de algoritmo: S/s, significante sobre significado, sendo que o ‘sobre’ da fórmula lacanianiana corresponde à barra que separa as duas dimensões, a do significante e a do significado.

Diante disso, Lacan (1998, p. 501) esperava que conseguíssemos nos livrar “da ilusão de que o significante atende à função de representar o significado, ou, melhor dizendo: de que o significante tem que responder por sua existência a título de uma significação qualquer”. O que não é uma tarefa fácil, pois, como lembram os filósofos Jean-Luc Nancy e Philippe

Lacoue-Labarthe (1991), este empreendimento sugere que, ao algoritmizar o signo, estaremos impedindo de funcioná-lo como signo: estaremos destruindo-o.

Para que possamos compreender a empreitada lacaniana diante da linguística estrutural, façamos o trabalho de recorrer, primeiramente, ao entendimento de Ferdinand de Saussure, trazendo o signo linguístico e algumas de suas premissas para o debate. Esse retorno a uma das fontes de Lacan nos ajudará a entender a sua proposta do entendimento do significante.

Até porque, como lembra o linguista Michel Arrivé (1999), a compreensão do significante lacaniano guarda relação com a do significante saussuriano, mas cada um tem suas distinções em relação ao outro. “Apesar das diferenças que os separam, os dois significantes estão unidos por relações tais que a sua denominação pelo mesmo significante — o significante *significante* — é legítima” (ARRIVÉ, 1999, p. 73, grifo do autor).

3.1.1. O significante em Saussure

O pai da linguística estrutural designou uma das partes do todo que é o signo linguístico de significante, aquela parte que comumente era chamada, antes de propor a mudança de nomenclatura, de imagem acústica. Para Saussure (2006, p. 80), o signo é entendido não como unindo “uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”. Neste signo, o conceito designa a parte mais abstrata e a imagem acústica a impressão psíquica do som material, “a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos” (SAUSSURE, 2006, p. 80).

Entretanto, conceito e imagem acústica são substituídos, respectivamente, por significado e significante, pois “estes dois termos têm a vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte” (SAUSSURE, 2006, p. 81). Aliás, esta substituição terminológica é vista por Arrivé (1999, p. 40) como uma das inovações que Saussure empreende, pois as duas faces do signo “perdem tudo o que lhes restava de característica substancial própria”, como o adjetivo *acústica* da terminologia imagem acústica.

No *Curso de Linguística Geral* (1916), o signo linguístico é exemplificado da seguinte maneira: o significado (conceito) de árvore é a ideia associada a esta palavra, e o significante é a imagem acústica. Portanto, “o significado é representado por uma imagem que deve ser

entendida como a representação de uma imagem mental do conceito de árvore” (NÖTH, 2016, Locais do Kindle 848-849).

No entanto, é importante lembrar, como faz Winfred Nöth (2016, Locais do Kindle 894-895) que, em Saussure, “o significado descreve o potencial daquilo que um signo pode significar. Dada a polissemia das palavras, um significante pode ser associado a vários conceitos ou ideias. A totalidade desses conceitos é o significado do significante”. Isto pode ser compreendido da seguinte maneira: uma dada palavra carrega vários significados que, dependendo do contexto em que é utilizada, evoca um deles. Aliás, este processo, que ocorre na dimensão da fala e em um determinado contexto, é chamado de significação.

Até aqui, nós já conseguimos perceber que o signo saussuriano tem uma estrutura composta de um significado e de um significante, ou seja, exclui o referente¹¹. A figura que Saussure (2006) utiliza para representar o modelo da inscrição sígnica de duas faces coloca o significado na parte superior e o significante na parte inferior. Aliás, “esses dois elementos estão unidos e um reclama o outro” (SAUSSURE, 2006, p. 80). Esta união está representada por meio da linha que demarca a elipse do signo linguístico, linha que representa a conexão mental entre o significante e o significado.

Para entendermos isso, Saussure (2006, p. 131) utiliza a metáfora da folha de papel, cujo “pensamento é o anverso e o som o verso; não se pode cortar um sem cortar, ao mesmo tempo, o outro; assim tampouco, na língua, se poderia isolar o som do pensamento, ou o pensamento do som”. Ou seja, a conexão entre significado e significante é tal que, se forem separados, há uma destruição da totalidade do signo.

Entretanto, a linha que fica entre o significado e o significante evoca o primeiro princípio descrito no *Curso de Linguística Geral* (2006): o da arbitrariedade do signo linguístico. Pois o laço que mantém unido o significante ao significado é arbitrário (SAUSSURE, 2006). Isto é exemplificado por Saussure (2006, p. 81-82) da seguinte maneira:

a ideia de ‘mar’ não está ligada por relação alguma à sequência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual; como prova, temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa *boeuf* (‘boi’) tem

¹¹ “Essa exclusão da ‘coisa’ — Saussure, em suas notas, fala, mais explicitamente ainda, dos ‘objetos designados’ (Engler, p.148) — é a consequência imediata da recusa de conceber a língua como uma ‘nomenclatura, isto é, uma lista de termos correspondentes a outras tantas coisas’ (p.97). Não, certamente, que o problema das relações entre linguagem e realidade seja desconhecido de Saussure” (ARRIVÉ, 1999, p. 39).

por significante *b-ö-f* de um lado da fronteira franco-germânica, e *o-k-s* (*Ochs*) do outro.¹²

Além disso, Saussure (2006, p. 83) faz uma pequena observação, dizendo que a palavra arbitrário “não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala”, pois o significante, no seu entendimento, é *imotivado*. Isso quer dizer que o indivíduo está assujeitado ao grupo linguístico estabelecido, e que a combinação estritamente individual do significante e do significado está impedida. Como lembra Joel Dör (1989, p. 29), “o arbitrário do signo não significa que o signo tenha um caráter aleatório”, pois na aleatoriedade a associação entre o significante e o significado se daria de uma maneira estritamente individual. Mas, paradoxalmente, há uma alteração no signo pelo tempo. “A alteração do signo é o resultado da prática social da língua ao longo do tempo. Se é por ser imutável que o signo linguístico pode perdurar, é também por perdurar no tempo que ele pode alterar-se” (DÖR, 1989, p. 32).

Já o segundo princípio do signo linguístico estaria voltado para o caráter linear do significante. Com isso, é importante ressaltar que este princípio exclui o significado (ARRIVÉ, 1999)¹³. “Os significantes acústicos dispõem apenas da linha do tempo; seus elementos se apresentam um após o outro; *formam uma cadeia*” (SAUSSURE, 2006, p. 84, grifo nosso). O exemplo utilizado para ilustrar este caráter é o da fala, na qual os sons são apresentados um após o outro, em uma linha.

A outra questão que seria importante retomar de Saussure (2006) é a do valor do signo: se a língua é um sistema, um termo que está nela só tem valor na presença simultânea de outros termos. Ou seja, “o valor de um signo provém da relação do seu significado com outros significados da mesma língua” (NÖTH, 2016, Locais do Kindle 870-871), de modo que as palavras que costumam exprimir ideias vizinhas se limitam reciprocamente. Na nossa concepção, se não tivéssemos a palavra árvore, por exemplo, no interior do sistema que é a língua, para significar uma planta com galhos e folhas na copa e tronco fixo no solo, utilizaríamos signos que apresentam valores limítrofes, tais como arbusto, planta, etc.

¹² Arrivé (1999, p. 42) aponta para um problema neste exemplo: “passar de uma língua para outra para provar, em uma delas, a arbitrariedade do signo, é supor que o significado de ‘boeuf’ é exatamente idêntico ao de ‘Ochs’. [...] se ele afastou a concepção da língua como ‘nomenclatura’, é precisamente porque ‘ela supõe ideias já constituídas, preexistentes às palavras’ (p.97). Nas fontes manuscritas, ele até nega explicitamente a possibilidade de correspondências exatas entre signos de línguas diferentes” (ARRIVÉ, 1999, p. 42).

¹³ Será que Saussure já estaria antecipando Lacan? “Atribuir a uma das faces uma propriedade que é recusada à outra não é separá-las?” (ARRIVÉ, 1999, p. 41).

3.1.2. O significante em Lacan

“O significado desliza incessantemente sob o significante”. Esta é uma das afirmações de Jacques Lacan (1998, p. 506) que tentaremos explicar a partir da desconstrução que ele produz no interior da teoria saussuriana do signo linguístico. É claro que, como lembra Arrivé (1999), um psicanalista escuta de maneira diferente de um linguista, pois tem como objeto de estudo o inconsciente e não a língua. Para Jean-Luc Nancy e Philippe Lacoue-Labarthe (1991), o signo saussuriano entrou em um tratamento nas mãos de Lacan. Um tratamento psicanalítico, é claro. Portanto, vejamos como o signo saussuriano deitou no divã do psicanalista francês.

A primeira modificação empreendida por Lacan diz respeito à conexão mental entre significado e significante: a unidade estrutural do signo, seu fechamento e sua relação de reciprocidade entre um lado e outro não é mais sustentada. Em vez de encerrar o signo, Lacan suprime a elipse saussuriana que indicava “a pressuposição recíproca entre significado e significante” (ARRIVÉ, 1999, p. 83). O significante e o significado, “desembaraçados da compartimentação que os encerrava, parecem ter os meios de circular cada um do seu lado: logo, é porque estão rigorosamente separados [no entendimento lacaniano]” (ARRIVÉ, 1999, p. 83).

Além da possibilidade de cada parte circular sem obstáculo, o psicanalista francês inverte a ordem do signo, privilegiando o significante. “Sempre situado acima da reta de separação, o significante, em grandioso redondo, tem direito à maiúscula. O significado, em modesto itálico, só tem direito à minúscula, e se encolhe timidamente sob o traço” (ARRIVÉ, 1999, p. 83). Ou seja,

pela inversão da ordem do significante e do significado e pela notação abreviada do significante em maiúscula (S) e do significado em minúscula (s), Lacan modifica o modelo saussuriano para representar diagramaticamente a sua teoria de que o significante (S) *predomina* sobre o significado. O significante é o literal (NÖTH, 2016, Locais do Kindle 907-910, grifo do autor).

A leitura lacaniana produz um deslocamento no entendimento do significante que o impede que seja tomado como um elemento do signo, produzindo um conceito paradoxal, “aquele de um significante sem significação” (NANCY; LACOUE-LABARTHE, 1991, p.

47). O modelo saussuriano é transformado a tal ponto que temos aquilo que Lacan (1998, p. 500) chamava de algoritmo: S/s, um algoritmo que deve ser lido como “significante sobre significado, correspondendo o ‘sobre’ à barra que separa as duas etapas”.

“Todo verdadeiro significante é, enquanto tal, um significante que não significa nada” (LACAN, 1997, p. 212). Entretanto, é importante ressaltar que, nesta perspectiva, o significante em si é sem significação, mas quando colocado em cadeia com outros significantes, aí temos o aparecimento do significado, pois o significante se enlaça com outros a ponto de produzi-lo nas associações do inconsciente. Isto ocorre devido ao funcionamento da cadeia significante, que pode ser compreendida como uma cadeia de marcas diferenciais que guardam combinações e relações recíprocas por onde se fabrica um significado (ARRIVÉ, 1999).

Mas, para que o significante encontre o significado, é necessário que o último ultrapasse a barra. Mas o que é a barra? Lacan transforma a linha que representa a conexão mental entre o significante e o significado em Saussure em uma barra resistente à significação “Se não houvesse essa barra, com efeito, nada poderia ser explicado, da linguagem, pela linguística. Se não houvesse essa barra acima da qual há significante passando, vocês não poderiam ver que há injeção de significante no significado” (LACAN, 1985, p. 48). Na compreensão de Lacan, o acesso ao significado só se dá através da cadeia significante, pois a barra impossibilita qualquer acesso ao significado. Isso ocorre devido à leitura que Lacan faz de Saussure com Freud: traz o processo do recalque¹⁴ (*Verdrängung*) para ler a barra, que é uma barra resistente à significação (NÖTH, 2016).

No entanto, quando o significado, que não é representado pelo significante, consegue ultrapassar a barra, ocorre aquilo que o psicanalista francês chamou de ponto de basta¹⁵, ponto em que o significante e o significado se encontram (ARRIVÉ, 1999). É como se o significante e o significado se amarrassem neste ponto de basta, já que o significado está escondido, oculto sob a barra (ARRIVÉ, 1999).

¹⁴ “Para Sigmund Freud, o recalque designa o processo que visa a manter no inconsciente todas as idéias e representações ligadas às pulsões e cuja realização, produtora de prazer, afetaria o equilíbrio do funcionamento psicológico do indivíduo, transformando-se em fonte de desprazer. Freud, que modificou diversas vezes sua definição e seu campo de ação, considera que o recalque é constitutivo do núcleo original do inconsciente” (PLON; ROUDINESCO, 1998, p. 647).

¹⁵ Em francês, *le point de capiton*. Em algumas traduções, é também chamado de ponto de estofo.

Com isso, Santaella (2016) lembra que o significante¹⁶ lacaniano tem uma potência que nunca teve em Saussure, pois, como veremos quando tratarmos mais adiante sobre o automatismo de repetição, Lacan contrapôs a insistência da cadeia significante ao deslizamento do significado. “A separação dessas duas ordens [a do significante e a do significado] por uma barreira resistente à significação subverte de parte a parte a concepção saussuriana do signo” (NANCY; LACOUÉ-LABARTHE, 1991, p. 44).

3.2. O automatismo de repetição

Lacan (1998, p. 13, grifo do autor) começa o *Seminário sobre “A carta roubada”* (1956) lembrando que “nossa investigação levou-nos ao ponto de reconhecer que o automatismo de repetição (*Wiederholungszwang*) extrai seu princípio do que havíamos chamado de *insistência* da cadeia significante”. Ou seja, o funcionamento da cadeia significante não se dá sem uma insistência a qual, inclusive, serve como princípio do automatismo de repetição¹⁷. Portanto, nossa tentativa é compreender esta questão em torno da insistência e do automatismo de repetição no interior da cadeia significante.

Para isso, partiremos de Sigmund Freud para trabalhar o automatismo de repetição, recorrendo a dois textos em que esta questão é ressaltada, trata-se de *Recordar, repetir e elaborar* (1914) e *Além do princípio de prazer* (1920) — que, inclusive, é a referência explícita de Lacan para a interpretação do conto de Edgar Allan Poe no *Seminário sobre “A carta roubada”* (1956). Após isso, pretendemos chegar a Lacan para explicar sua leitura do automatismo de repetição que tem como princípio a insistência no interior da cadeia significante.

¹⁶ “Em Saussure há, fundamentalmente, uma teoria do signo; a teoria do significante integra-se nessa teoria do signo: sem signo, não significante (nem significado). Em Lacan, as coisas são bem diferentes. Até que há, marginalmente, uma teoria do signo [provinda de Charles S. Peirce]. Mas ela não se articula com a teoria do significante: significante (e significado) de um lado, signo de outro estão disjuntos” (ARRIVÉ, 2001, p. 98).

¹⁷ Jacques Lacan (1985) sugere que traduziríamos *Wiederholungszwang* melhor por compulsão à repetição do que por automatismo de repetição. Como os textos jogam com os dois termos no português, decidimos mantê-los de acordo com a sua aparição.

3.2.1. O automatismo em Freud

Uma das primeiras reflexões de Sigmund Freud (2010) acerca do automatismo de repetição — ou traduzido também como compulsão à repetição — ocorre em *Repetir, recordar e elaborar* (1914). O pai da psicanálise começa compreendendo que a compulsão à repetição é um modo específico de recordar algo que o analisando desconhece no nível consciente. Tudo se passa como se uma espécie de trauma tivesse sido esquecido com o passar do tempo, mas este trauma é recordado por meio de atos repetitivos. Ou seja, é um modo de recordar que mantém vivo, por meio da transferência, um passado sobretudo esquecido, mas que inconscientemente é lembrado por uma ação que impele à repetição.

Ao não recordar o que foi, em algum momento, esquecido e reprimido, Freud (2010, p. 149) nota que o analisando atua algo do passado. "Ele não o reproduz como lembrança, mas como ato, ele o repete, naturalmente sem saber que o faz". Aliás, a substituição do recordar pelo repetir ocorre cada vez com maior intensidade quanto mais a resistência prevalece no sujeito. Entretanto, Freud (2010) parece sugerir a nós uma certa recondução ao passado por meio da palavra, recondução que permitiria a repetição, de alguma forma, cessar.

Se, ao invés de lembrar, o inconsciente produz a repetição a partir de uma espécie de compromisso com o que foi recalcado, talvez, ajudando o analisando a se recordar do que foi reprimido, a repetição cesse. Na nossa compreensão, esta parece ser a sugestão de Freud (2010) em torno da compulsão à repetição em *Recordar, repetir e elaborar* (1914). Como se, através do manejo transferencial, fosse possível domar a compulsão à repetição, produzindo a recordação.

Por isso, a crença de que é possível tornar "esta compulsão inofensiva, e até mesmo útil, ao reconhecer-lhe o seu direito, ao lhe permitir vigorar num determinado âmbito" (FREUD, 2010, p. 153). Seria preciso, portanto, construir um caminho para despertar das recordações, superar as resistências (FREUD, 2010). A superação da compulsão à repetição precisaria respeitar um tempo para uma elaboração, não bastando apenas nomear a resistência (FREUD, 2010). Não bastaria comunicá-la ao analisando, seria necessário respeitar seu tempo para que pudesse produzir uma elaboração que permitisse que a compulsão à repetição cessasse.

Mas não poderíamos nos esquecer de outro escrito do psicanalista vienense que trata da compulsão à repetição, a saber, *Além do princípio de prazer* (1920). É neste texto que

Freud (2010) nos explica como a compulsão à repetição ultrapassa o princípio de prazer, o princípio que busca o equilíbrio no aparelho psíquico por meio de uma certa tendência à estabilidade. Aliás, é a partir disso que Freud (2010, p. 148) forjará a hipótese da existência da pulsão de morte: “no momento somos tentados a levar às suas últimas consequências a hipótese de que todos os instintos querem restabelecer algo anterior”, ir em direção ao inanimado que existia antes do vivente.

Entretanto, há vários fenômenos sendo analisados ao longo deste texto, detemo-nos em um deles: o do jogo de um menino de um ano e meio de idade que repete uma brincadeira com o seu carretel de madeira. A satisfação da criança consistia, em um primeiro momento, em lançar o carretel para longe de si, de modo que o brinquedo pudesse desaparecer dentro do berço. Como o menino o havia segurado pelo cordão, era possível, em um segundo momento, puxá-lo para fora do berço, de modo que o carretel reaparecia aos olhos do menino.

O que Freud (2010) percebeu é que essas duas ações eram acompanhadas de um significativo *fo—o—o—ort* (*fort*, “foi embora”) quando o objeto desaparecia, e de um alegre *da* (“está aqui”), quando o carretel aparecia novamente. A interpretação freudiana encontrava na brincadeira da criança sua grande conquista cultural em simbolizar a ausência materna no interior de um jogo que a retirava da passividade e a colocava em uma posição mais ativa. “Compensava a si mesmo, digamos, ao encenar o desaparecimento e a reaparição com os objetos que estavam ao seu alcance” (FREUD, 2010, p. 128).

Mas também especulava que o princípio do prazer não dominava o aparelho psíquico, uma vez que, como no jogo, a repetição estava ligada a algo que não conduzia ao prazer. “No caso discutido, o garoto só podia repetir brincando uma impressão desagradável porque a essa repetição está ligada uma obtenção de prazer de outro tipo” (FREUD, 2010, p. 129). É a partir disso que é possível compreender como uma repetição tem, como objeto de recordação, uma experiência desprazerosa. Há uma operação que não está apenas sob o princípio do prazer, mas que vai além dele e que funciona independentemente dele.

Ao invés de recordar como parte do passado, o reprimido inconsciente retorna através de repetições, daí, por isso, Freud (2010) atribuir ao reprimido inconsciente a compulsão à repetição. A resistência do Eu pode estar à serviço do princípio do prazer, evitando a liberação do reprimido, que colabora na compulsão à repetição, ou seja, na expressão freudiana, na *manifestação de força do reprimido*. “Mas o fato novo e digno de nota, que agora temos que descrever, é que a compulsão à repetição também traz de volta experiências do passado que

não possibilitam prazer, que também naquele tempo não podem ter sido satisfações” (FREUD, 2010, p. 132).

Entretanto, mesmo sem um vínculo com o prazer, a compulsão continua a trazer e a lembrar esta experiência do passado. “A ação é repetida, apesar de tudo; *uma compulsão impele a isso*” (FREUD, 2010, p. 133-134, grifo nosso). Daí Freud (2010) se espantar com esta compulsão que impele a repetir algo que não traz prazer e que funciona à revelia das pessoas, como se um traço do destino as perseguisse. Aliás, este traço é nomeado por Freud (2010) como demoníaco. “Impressão bem mais forte nos produzem os casos em que o indivíduo parece vivenciar passivamente algo que está fora de sua influência, quando ele apenas vivencia, de fato, a repetição do mesmo destino” (FREUD, 2010, p. 134).

Portanto, é possível compreender que, em Freud (2010), a compulsão à repetição é uma espécie de compromisso com algo que foi esquecido e que é lembrado a partir de atos repetitivos que produzem a manifestação do reprimido. Dizendo de outra maneira, é um retorno do reprimido por meio da compulsão à repetição. É com isso que partiremos para a leitura lacaniana que originará, a partir da compreensão freudiana, aquilo que é chamado de retorno do significante.

3.2.2. O automatismo em Lacan

Antes de começarmos a tratar do automatismo de repetição em Lacan (1988), é bom lembrar que o conceito de repetição¹⁸, principalmente a partir do *Seminário 11* (1964), sobre os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, é compreendido de duas maneiras: como autômaton e como tiquê. “O *autômaton* está para a rede de significantes assim como *tiquê* está para o encontro com o Real” (LACAN, 1988, p. 54, grifo do autor). Segundo Luiz Alfredo Garcia-Roza (1991), esta distinção lacaniana da repetição é retirada da teoria das quatro causas de Aristóteles.

O espaço para as causas acidentais gira em torno do tiquê e do autômaton. “Ambos dizem respeito a acontecimentos excepcionais, sem que, no entanto, sejam pensados como

¹⁸ A redefinição lacaniana em torno do conceito de repetição foi uma tentativa, segundo Soler (2013, p. 22, grifo do autor) de desvinculá-la daquilo que reitera o mesmo. Daí uma afirmação como esta: “Lacan fez muitos esforços para reduzir essa distorção e introduzir um corte com as concepções clássicas. Da mesma forma, a rememoração analítica, *Erinnerung*, não é a reminiscência de Platão, assim como a repetição não é o eterno retorno de Nietzsche, e também não é a reiteração do mesmo, *Reproduzieren*”.

absurdos ou irracionais” (GARCIA-ROZA, 1993, p. 39-40). Por isso, as duas noções foram assimiladas, de algum modo, “a algo que acontecia sem que a razão humana pudesse atribuir uma inteligibilidade” (GARCIA-ROZA, 1993, p. 40). Mas, aos olhos de Lacan, cada repetição se dirige a uma dimensão: a de autômaton para o Simbólico e a de tiquê para o encontro com o Real. Tentaremos trabalhar esta última no capítulo reservado ao Real. Por enquanto, detemo-nos na concepção de automatismo.

Talvez seja o caso de começar lembrando que esta repetição é consequência do inconsciente, que, articulado à linguagem, “faz emergir no tempo, na diacronia, a sucessão de seus elementos” (SOLER, 2013, p. 98). Como estamos mergulhados no sistema simbólico, o fenômeno da repetição produz irrupções que podemos chamar de *retorno dos significantes*. Retorno que marcará a insistência no interior de um circuito simbólico, produzindo a cadeia significante. Aliás, a própria insistência é um “conceito importante do discurso lacaniano: é o conceito pelo qual é marcada a especificidade da *cadeia significante* como [...] a iminência, isto é, o reportar indefinido do sentido que está no princípio do automatismo de repetição” (NANCY; LACOUÉ-LABARTHE, 1991, p. 32, grifo dos autores).

Portanto, este processo ocorre independente da significação produzida e da mensagem veiculada, pois as leis da ordem da sintaxe "criam impossibilidades e necessidades, sem referência ao sentido, mas também sem referência ao singular da existência de cada um" (FINGERMANN, *apud* SOLER, 2013, p. 11). Dessa forma, há uma exclusão da participação subjetiva do sujeito, pois a insistência ocorre à sua revelia.

Como o retorno lembra que o elemento está marcado pelo tempo cronológico, o significante retorna repetidamente, investido de um passado. “É que os significantes do inconsciente vêm do passado, eles foram fixados na sincronia ao longo da diacronia da história, e evocam o passado, digamos que falam dele sem poder presentificá-lo, sem poder falar dele” (SOLER, 2013, p. 54). Os significantes que não ganham uma elaboração retornam em uma espécie de ato anacrônico, fora do lugar:

O retorno dos traços vindos do passado é anacrônico, já que um anacronismo consiste em fazer figurar, em um dado tempo, um elemento que não pertence a esse tempo, mas sim que vem de outra época, época anterior. Esse retorno dos significantes produz a imissão inevitável da diferença, pois o significante é impróprio à identidade de percepção: jamais idêntico a ele próprio, ele introduz a diferença (SOLER, 2013, p. 64).

Esta introdução da diferença ocorre porque o que retorna não é o mesmo. O esforço de Lacan em relação ao conceito da repetição foi tentar desvinculá-lo do mesmo. O que repete não é o mesmo, pois não é o retorno do mesmo, mas “o retorno de outra coisa, de uma coisa outra” (FINK, 1997, p. 239). É como se o “mesmo” significante pudesse aparecer duas vezes seguidamente, mas como o tempo intervirá, ele não será o mesmo significante, pois aparecerá em dois eventos distintos. Portanto, o mesmo significante aparecerá como distinto temporalmente, “pois não há duas ‘coisas’ que possam ser idênticas ou exatamente as mesmas” (FINK, 1997, p. 239).

O próprio fato de podermos dizer que o mesmo livro cai na mesma mesa duas vezes significa que o tempo interveio, sendo os dois eventos situados diferentemente, em termos cronológicos, constituindo assim eventos separados envolvendo objetos que podem ser distintos temporalmente (FINK, 1997, p. 239).

Entretanto, os dois eventos, por exemplo, podem ser identificados a partir do significante, como se pudéssemos dizer, neste nível, que são semelhantes. “Toda *identificação* — seja na experiência humana, seja no nível teórico — se baseia na tomada de eventos, objetos etc, na ordem simbólica, na atribuição a eles de palavras ou nomes particulares” (FINK, 1997, p. 239, grifo do autor). Portanto, é como se um traço particular se repetisse e se inscrevesse de maneira distinta, e o que permite a identificação de sucessivas diferenças é o significante.

“Coisas heterogêneas podem ser equacionadas porque um significante abrange todas elas. Nesse nível, a repetição implica, portanto, o ‘retorno’ de alguma coisa que seria diferente da segunda vez, se não fosse o significante” (FINK, 1997, p. 240). É assim que podemos estabelecer uma série que constituirá a cadeia significante. Série que, a partir do significante, permite substituições no seu interior. O significante automatizado que retorna, que irrompe, funciona como uma espécie de tentativa de falar algo que foi recalcado (SOLER, 2013). Por isso que esta repetição quebra o próprio dispositivo de regulação, pois aquilo que é da ordem da regulação não consegue se impor totalmente, estando sempre prestes a fracassar.

Aliás, é importante lembrar que o conceito de repetição que estamos utilizando neste capítulo não se confunde com o termo *Reproduzieren*, que está presente na vida, mas é oposto ao automatismo de repetição, pois coaduna-se mais como reiteração, reprodução cotidiana dos gestos: é aquilo que chamamos de hábitos. “Aquilo que se reproduz são os *habitus*, e sua

função está no nível da gestão dos corpos. Eles aprisionam e canalizam a libido nas vias estáveis, sempre as mesmas, que fabricam, no fundo, as inércias libidinais” (SOLER, 2013, p. 34).¹⁹

3.3. Excerto II: a cadeia significante na comunicação

A psicanálise lacaniana constrói um arcabouço teórico que permite dar conta da constituição do sujeito no interior de uma cadeia significante, com suas sucessivas repetições automatizadas. Repetições que podem ganhar espaço e ser elaboradas ao longo do tempo. No entanto, talvez fosse importante lembrar como a cadeia significante pode nos fornecer uma compreensão de comunicação que leva em conta tanto a concepção lacaniana do significante como o automatismo de repetição da psicanálise.

Ao impedir o signo de funcionar enquanto tal, Lacan acaba construindo um conceito de significante que perde as amarras com o significado, de modo que o significante circula, ou, para retomar a interpretação do conto *A carta roubada* (1844), ele voa de maneira que acaba nos roubando, já que independe de nossa subjetividade. É por estarmos mergulhados em um universo simbólico que isso ocorre: o significante *insiste* não só em retornar, como o próprio retorno acaba constituindo uma cadeia: retorno S_1 + segundo retorno S_1 + terceiro retorno S_1 , e assim sucessivamente. O que permite a identificação desses retornos, que são distintos, é o significante automatizado. Esses retornos lembram algo que foi esquecido e que é recordado inconscientemente no ato da repetição.

Entretanto, talvez poderíamos lembrar que não precisa necessariamente ser um retorno de apenas *um* significante, mas de uma cadeia de significantes distintos que se repete. Ou seja, uma cadeia de $S_1 + S_2 + S_3 + S_4 + S_5 \dots$ que repete *insistentemente* no interior de um universo simbólico. Dessa forma, não teríamos apenas uma cadeia de significantes, mas cadeias de significantes que se repetem: cadeia 1, cadeia 2, cadeia 3... Compreendemos que, dessa maneira, a perspectiva lacaniana pode nos ajudar a construir um estudo sintomatológico, que poderia se dar ao trabalho de identificar essas cadeias significantes no interior do campo da comunicação.

¹⁹ Colette Soler avisa que *Reproduzieren* torna-se um problema “porque se o hábito é regulador das condutas, se ele se impõe contra o choque das singularidades, também mata o pensamento. Ele próprio é aquilo que chamarei de pensamento impensado, corporalmente assimilado e colocado em ato” (SOLER, 2013, p. 34).

Se levarmos em conta o jornalismo, por exemplo, podemos perceber que, na dimensão simbólica, um acontecimento passa a ser narrado, ou seja, passa da dimensão real para a simbólico-imaginária, que pode evocar uma cadeia significativa revestida de uma organização que colabora para o próprio enquadramento do que é narrado do acontecimento. Nos comentários de uma rede social como o Facebook, é possível também encontrar cadeias significantes que se repetem, independente de quem seja o sujeito que se utiliza de um usuário para poder estar vinculado a esse universo virtual. É como se a dimensão simbólica *insistisse* em repetir cadeias significantes.

Quando um dado jornal compartilha uma notícia em sua página no Facebook, notamos como os comentários parecem ter cadeias significantes de maneira inconsciente. Às vezes, o assunto da notícia nem guarda tanta relação — apesar de isso ser muito arbitrário — com dada cadeia significativa, mas ela reaparece nos comentários, à revelia do sujeito que a escreve. Claro que uma notícia ou comentário escrito em dada rede social são cadeias significantes, que fabricam um sentido que aparece no ponto final de cada um deles, mas o que estamos a afirmar aqui é um pouco além disso, que seria nosso trabalho identificar cadeias significantes que estão, de alguma maneira, implícitas nos comentários, ou seja, aparecem inconscientemente neles.

Talvez o nosso trabalho seja identificar, a partir do significante, essas cadeias, para que possamos compreender como ocorre a formação delas no interior da dimensão simbólica. Pensamos também que não é necessário encontrar a sua origem, pois talvez seria importante questionar se a carta, no próprio conto de Edgar Allan Poe, já não fez estragos anteriormente, antes de a rainha entrar na repetição organizada pela carta roubada. Dessa maneira, a cena primitiva não seria a originária. A identificação das cadeias significantes teria que levar em conta um tempo para que pudéssemos compreender o que permite o seu deslocamento, a sua reorganização. Diversas vezes, após um dado acontecimento, a cadeia significativa insiste em se repetir, anacronicamente, mesmo que o Real já tenha fornecido a possibilidade de uma mudança no seu interior.

Aliás, além de identificar, podemos investir em um trabalho que permita às cadeias novas organizações significantes ao introduzir outros traços diferenciais no seu interior. A insistência da repetição pode dar a impressão de uma certa fixidez da cadeia significativa, mas, se lembrarmos como Freud admitia que a repetição ganhasse espaço na dimensão clínica, talvez o primeiro tempo seja o do reconhecimento de sua existência: elas nos atravessam,

direcionam nosso discurso e também colaboram para a nossa cegueira. Já o segundo tempo pode ser empregado no sentido de tentar compreender como essa organização dos significantes acaba ocorrendo. O terceiro tempo se dirigiria para a tentativa de produzir deslocamentos, quebras, fornecendo novos significantes que permitam que as cadeias significantes possam se reorganizar, quebrar-se ou, por que não, diluir-se em direção ao seu fim.

4. EM DIREÇÃO AO REAL

O presente capítulo inicia tratando da tentativa de ir além do registro Simbólico, trazendo um exemplo de um sonho que marca o acontecimento no interior da compreensão psicanalítica de Real. Além de Jacques Lacan (1988, 2005, 2007) e Sigmund Freud (1996), estaremos amparados pelos autores Bruce Fink (1997) Colette Soler (1989, 2013), Marco Antonio Coutinho Jorge (2010) e Slavoj Žižek (1992).

A segunda seção abordará o conceito de Real construído por Jacques Lacan (2005, 2007, 2008) com a ajuda tanto de Colette Soler (1989, 2013) quanto de Slavoj Žižek (1992). Escolhemos alguns pontos para desdobrar o Real a partir do não-sentido, do impossível, daquilo que se encontra no mesmo lugar e de *Das Ding*, a coisa.

A terceira seção se preocupará em distinguir o conceito de Real do de realidade para a psicanálise através de autores como Jacques Lacan (1988, 2007, 2008), Colette Soler (1989, 2013) e Marco Antonio Coutinho Jorge (2010). A quarta seção do capítulo tentará construir o nó borromeano de Jacques Lacan (1986, 2005, 2007), com a ajuda de Marco Antonio Coutinho Jorge (2010), Marco Antonio Coutinho Jorge e Nadiá Paulo Ferreira (2005) e Slavoj Žižek (2010). Na última seção do capítulo, buscaremos aproximar as questões abordadas do campo da comunicação.

4.1. Além da cadeia significante

A cadeia significante, com seu modo de funcionamento, sua lei *insistente*, que produz o significante automatizado, maquinaria cuja repetição marca o retorno do que havia sido esquecido no tempo, diz respeito a um desdobramento interminável de significantes até o ponto de basta, até o ponto, o fim: a possibilidade do significante e do significado se encontrarem, da significação advir. Entretanto, um fim que possibilita um recomeço, e novamente a cadeia se abre, e assim, mais uma vez, interminavelmente. Uma cadeia, um aprisionamento que nos lembra como o mundo é construído pela linguagem, dependente tanto dos ancoramentos simbólicos quanto dos semblantes imaginários.

Um sujeito, quando se constitui, entra em um mundo estruturado simbolicamente, o que permite à criança o primeiro acesso ao campo da linguagem. Portanto, um campo que a precede, que já está posto quando ela respira pela primeira vez, quando ela chora pela

primeira vez, tentando se comunicar. O Simbólico, cuja materialidade é marcada pela singularidade do significante, é uma dimensão que introduz uma ordem que ampara o bebê, que o introduz numa ordem significante, mas não significativa. A significação virá *a posteriori*, quando o sujeito se deparar com esse material simbólico guardado no seio singular de cada um de nós. Um material que permite que a comunicação verbal com os outros ocorra, por mais difícil que seja se comunicar com os outros.

“Contudo, se a linguagem permite o acesso da criança ao mundo humano, ela constitui, simultaneamente, uma prisão originária na qual o sujeito perde todo o acesso direto ao real” (JORGE, 2010, p. 223). Ou seja, o advento da linguagem produz, ao mesmo tempo, a possibilidade da comunicação e uma radical alienação com uma outra dimensão que não se relaciona com aquilo que diz respeito à lei *insistente* da cadeia significante. Paradoxalmente, as construções simbólico-imaginárias possibilitam os edifícios de um mundo, mas não permitem que nós toquemos nele.

Quando o primeiro significante se inscreve, perdemos para sempre a possibilidade de tocar o mundo, pois daí em diante o mundo será um *significante* que permite evocá-lo, lembrá-lo mesmo que tenhamos perdido seu instante de apreensão. O mundo Simbólico nos retira do domínio imediato, mas nos leva ao duplo sentido, a um significado cujo esconderijo nós desconhecemos. A aparição do Simbólico, cuja moeda é o significante, e que Stéphane Mallarmé sabia tão bem que essa moeda, mesmo desgastada e apagada, continuaria a ser passada “*de mão em mão em silêncio*” (LACAN, 2005, p. 27, grifo do autor), torna-nos dependente da linguagem.

O Simbólico é, portanto, este corpo estranho, este poder disruptivo “que introduz uma divisão radical: ‘o advento da Palavra lança o animal humano para fora do seu equilíbrio e faz dele um ridículo, uma figura impotente, gesticulando e batalhando desesperadamente por um equilíbrio perdido’” (ŽIŽEK, 1992, p. 02, tradução nossa)²⁰. Um equilíbrio e um mundo perdido, “pois entre ele e o mundo há a linguagem, e cada vez que o homem quer se aproximar do mundo, cava mais fundo ainda o abismo da linguagem que o separa do mundo” (JORGE, 2010, p. 234). Pois é disso que se trata aqui, de um abismo intransponível que lembra tanto a impotência e a perda quanto a ordem e a falta.

²⁰ “the advent of the Word throws the human animal off balance and makes of him a ridiculous, impotent figure, gesticulating and striving desperately for a lost balance” (ŽIŽEK, 1992, p. 02).

Lendo assim, dá até para imaginar a resignação infinita, mas é preciso dizer que não se trata apenas disso em Jacques Lacan. E, principalmente, não se trata disso se interrogarmos o seu último gesto, o desenvolvimento de um conceito que transformará a relação binária, simbólico-imaginária, ou, na melhor das hipóteses, este delírio a dois. A emergência do Real levará o psicanalista francês a pensar que relação mantemos com esta dimensão que introduz o acontecimento no interior do circuito simbólico. E Lacan se perguntará, como evoca a psicanalista Colette Soler (2013, p. 24), como aquilo que passa pelo “instrumento da linguagem e mobiliza seus semblantes, pode tocar o real”?

Como podemos ter algum acesso ao Real se ele nos escapa? Se ele fica tanto aquém da realidade, encoberto, quanto além, “além do *autômaton*, do retorno, da volta, da insistência dos signos” (LACAN, 1988, p. 56, grifo do autor), ou seja, além do Simbólico. Por isso que, na interpretação lacaniana do conto de Edgar Allan Poe, o Real não tem tanta evidência, pois o psicanalista francês se volta para a dimensão do funcionamento do Simbólico, ilustrando-a com *A carta roubada* (1844). Entretanto, caso seja possível algum acesso, onde podemos encontrar o Real? “É, com efeito, de um encontro, de um encontro essencial que se trata no que a psicanálise descobriu — de um encontro marcado, ao qual somos sempre chamados, com um real que escapole” (LACAN, 1988, p. 55-56).

Ascender ao Real, é disso que se trata. Uma comunicação que vai em direção ao Real, que o leva em conta, é uma comunicação que tenta se destituir dos ancoramentos simbólicos, que se abre à alteridade radical. O problema é que, como dizia Lacan (2007, p. 119), nós só chegamos a pedaços de Real: “o real, aquele de que se trata no que é chamado de meu pensamento, é sempre um pedaço, um caroço. É, com certeza, um caroço em torno do qual o pensamento divaga, mas seu estigma, o do real como tal, consiste em não se ligar a nada”.

O Real não se liga a nada, pois o Real pode ser compreendido a partir dos aforismos de Lacan: o Real como o impossível, como o não-sentido, como *das Ding* — a coisa, e como o que está sempre no mesmo lugar. Aforismos que lembram a dificuldade que é falar do Real, pois aqui já é um Real dentro do Simbólico, “um Real tomado na elaboração simbólica” (SOLER, 1989, p. 19). Façamos, portanto, o trabalho de tentar falar de uma dimensão que é sobretudo muda. Nada melhor do que evocar um sonho cuja ilustração pode nos ajudar a compreender do que se trata.

4.1.1. O encontro com o Real

Sigmund Freud (1996) relata um sonho de um pai cujas condições preliminares se dão em torno da vigília que fizera dia e noite diante do corpo do filho enfermo, que não resiste à doença e morre. Logo após, o menino é velado em um quarto enquanto o pai se dirige ao seu, de maneira que pudesse descansar. Entretanto, o pai consegue “enxergar de seu quarto o aposento em que jazia o corpo do filho, com velas altas a seu redor. Um velho fora encarregado de velá-lo e se sentou ao lado do corpo, murmurando preces” (FREUD, 1996, p. 115).

O pai dorme e, após algumas horas de sono, começa a sonhar “que seu filho estava de pé junto a sua cama, que o tomou pelo braço e lhe sussurrou em tom de censura: ‘*Pai, não vês que estou queimando?*’” (FREUD, 1996, p. 115, grifo do autor). Enquanto o pai sonhava que o seu filho estivesse vivo, dirigindo-lhe a palavra, o velho, que tinha ficado com a tarefa de cuidar do corpo do morto, adormece e uma das velas acesas cai em cima do filho, ateando fogo em um dos seus braços. Com o clarão produzido pelas chamas no quarto ao lado, o pai acorda e se depara, infelizmente, com o acidente que queima o corpo do seu filho.

O acontecimento da queda da vela no corpo do filho amado, o acidente disruptivo que faz o pai passar da representação onírica ao desamparo diante do fogo, produz uma metáfora do Real: a chama que irrompe ao acaso, o inesperado destino da morte. Aliás, partindo do Real, é isso que quer dizer a proposição lacaniana de que uma carta *sempre* chega ao seu destino: a imprevisão da morte, o acontecimento último, o enterro das possibilidades. “É impensável, é a morte — *e o fato de a morte não poder ser pensada é o fundamento do real*” (LACAN, 2007, p. 121, grifo nosso). É como se pudéssemos dizer que o fundamento do Real consiste em não poder ser pensado, em não poder ser antecipado.

No sonho a criança é representada como viva, e falando ao sonhador. Essa complexa série de elementos toma o lugar do ‘referente da verdade’, por assim dizer, a morte. O referente, nesse sentido, está sempre ausente ou faltante: não-representado. Ele é, no entanto, indicado por uma espécie de índice: um *representante* desse referente aparece no sonho. Ele é representado, mas nunca apresentado (FINK, 1997, p. 244, grifo do autor).

A interpelação *Pai, não vês que estou queimando?* irrompe no sonho, quebra a realidade ficcional na qual é possível ter algum suporte diante do Real. O encontro com o

Real, com o inassimilável que, aliás, é chamado de tiquê, é insuportável pois produz as chamadas que marcam o acontecimento que virá a modificar a cadeia significativa, a ordem simbólica, produzindo um furo ao acaso nesta realidade²¹ simbólico-imaginária. A cadeia significativa recobre o Real, é uma espécie de tela que nos protege dessa dimensão. Diante do abismo do Real, da confrontação com este encontro falho que marca a horripilante presença de que algo queima nossa realidade ficcional, é, ao mesmo tempo, a surpresa de se ver diante de algo que não se controla e o trauma insuportável de lidar com isso, como no caso do sonho relatado por Freud. “O real pode ser representado pelo acidente, pelo barulhinho, a pouca-realidade, que testemunha que não estamos sonhando” (LACAN, 1988, p. 61).

Por isso que, se quisermos ir em direção ao Real, “é para além do sonho que temos que procurá-lo” (LACAN, 1988, p. 61), para além da realidade onírico-simbólica. Ir além da realidade, de suas antecipações e organizações, de seus agendamentos e previsões, é disso que se trata em relação ao Real. É deparar-se com a dimensão que pode vir a transformar a realidade em que nos encontramos ou que já foi elaborada por nós. Neste sentido, é acordar da realidade em que nos encontramos, é tentar fazê-la claudicar, nem que seja por alguns instantes.

O fogo que, infelizmente, queima o corpo do filho, introduz no Simbólico a chama que desvela o amparo que o significativo nos faz. “De onde vem o fogo? O fogo é o real. O real põe fogo em tudo. Mas é um fogo frio. O fogo que queima é uma máscara, se assim posso dizer, do real. O real é para ser buscado do outro lado, do lado do zero absoluto” (LACAN, 2007, p. 117). Buscar o Real é estar aberto ao acontecimento, ao que ainda não ocorreu, ao que não se espera e nem se imagina, ao que não pode ser controlado antecipadamente por nós. Ou seja, em relação à cadeia significativa, o Real pode produzir uma irrupção no seu funcionamento, quebrar a ordem simbólica, modificá-la. Para que possamos compreender um pouco melhor, desdobremos o entendimento lacaniano de Real.

4.2. Falar do Real

Françoise Dolto (*apud* LACAN, 2005, p. 45), psicanalista e uma das melhores amigas de Jacques Lacan, interrogou-o certa vez em uma conferência, dizendo que “chegamos sempre a: o que é o real? E escapamos dele o tempo todo”. Fez o mesmo o psicanalista Serge

²¹ Abordaremos a distinção entre Real e realidade na subseção 4.3 deste capítulo.

Leclaire (*apud* LACAN, 2005, p. 45): “o senhor falou do simbólico, do imaginário. Mas havia o real, sobre o qual não falou”. A dificuldade de falar do Real se assenta na quase impossibilidade de abordá-lo simbolicamente. Tentar abordar o Real, falar *sobre* o Real, só é possível balbuciando, pois o Real enquanto tal é *quase* mudo.

O que nos coloca, paradoxalmente, diante de um problema: falar de algo que não é entendível. Se falha para falar do Real, mas tentaremos este empreendimento, mesmo que seja claudicante abordá-lo. Colette Soler (2013, p. 27) lembra que o Real é um conceito, e “um conceito não é um dado empírico, mas algo que se constrói”. Pois foi isso mesmo que Jacques Lacan (2007, p. 125) fez, construiu o Real: “inventei o que se escreve como real”. Entretanto,

o real, não basta escrevê-lo *real*. Até que muita gente fez isso antes de mim. Mas eu escrevo esse real sob a forma do nó borromeano, que não é um nó, mas uma cadeia, tendo algumas propriedades. Na forma mínima, sob a qual tracei essa cadeia, é preciso pelo menos três elementos. O real consiste em chamar um desses três de *real* (LACAN, 2007, p. 125-126).

É preferível nomear como nó borromeano²² do que cadeia, que remete à cadeia significante, quando há os três registros em jogo, a saber, o Real, o Simbólico e o Imaginário. Lacan (2007, p. 128), com o seu ensino marcado pelo retorno a Freud, dirá que falou de muitas coisas ditas freudianas, “cheguei inclusive a intitular uma coisa que escrevi como ‘A coisa freudiana’. Mas quanto ao que chamo de real, eu inventei, porque se impôs a mim”. E, diante dessa articulação triádica, Lacan (2007, p. 103, grifo nosso) presumirá que “*o importante é o real*. Depois de haver falado longamente do simbólico e do imaginário, fui levado a me perguntar o que podia ser o real nessa conjunção”. E, então, o que é o Real?

4.2.1. O Real como o não-sentido

Uma das definições formais mais importantes do Real é que ele é o não-senso radical, já que o sentido pertenceria à dimensão do Imaginário, ao passo que o duplo sentido ficaria com o Simbólico. O Real precede a linguagem, está fora do campo do sentido, que costuma ser impróprio à transmissão, mais próprio a cada um. A bateria da cadeia significante fabrica um sentido, mas cobre o Real. Aliás, Lacan (2007, p. 118) julga que devemos “nos quebrar, se assim posso dizer, contra um novo imaginário instaurando o sentido”.

²² Abordaremos o nó borromeano na subseção 4.4 deste capítulo.

Colette Soler (1989) lembra que uma ciência como a física também se interessou pelo não-sentido. “Pode-se dizer que isto se define pelo fato de ter esvaziado o mundo do qual se ocupa, ter esvaziado o mundo do seu sentido. Ela conseguia isso; pode-se dizer, no fundo, que ela opera com um Real puro, que Lacan reduz ao número, após toda uma evidência” (SOLER, 1989, p. 18). Entretanto, para a psicanálise, o Real estaria vinculado àquilo que poderíamos chamar de resistência à simbolização, posto que o Real não *insiste* como o Simbólico, ele *ex-siste*.

Despertar para o Real seria uma forma de despertar do sentido unívoco, seria sair do Simbólico-Imaginário-Real para o Real-Simbólico-Imaginário, um despertar que possibilita a emergência do não-sentido para um novo sentido que só se constrói *a posteriori*. Digo isso porque o sentido é produzido no encontro entre o Simbólico e o Imaginário, mas também com o não-senso radical que é o Real, que pode dar consistência para a emergência de um sentido novo. Nesta direção, “podemos dizer que o real tem e não tem um sentido devido a isso, que o campo do sentido é distinto dele” (LACAN, 2007, p. 130).

A retirada do registro do sentido no Real se deve a uma orientação que caracteriza o Real como difícil de ser assimilado, como aquilo que nos faz claudicar diante da nossa tela ficcional que é o que costumamos chamar de realidade. “A orientação do real, no território que me concerne, foraclui o sentido” (LACAN, 2007, p. 117) pois o Real é desordenado, próximo ao caos que é inimaginável por nós. Podemos ter semblantes imaginários do caos, mas do caos no Real, não.

4.2.2. O Real como o impossível, o impensável

É por não podermos antecipar ou representar os encontros com o Real que não podemos pensá-lo. Próximo ao acaso, “não se pode levar em conta antecipadamente o real” (SOLER, 2013, p. 43). Daí ser refratário ao pensamento e às previsões. Construimos um horizonte como uma tentativa de antecipação diante daquilo que queremos comunicar, mas diante do Real, isso não funciona, pois ele quebra esse horizonte, essa ordem que faz suporte. Diferente das leis do Simbólico e suas ordenações, o real é sem lei.

Falo do real como impossível na medida em que creio justamente que o real — enfim, *creio*, se esse é meu sintoma, digam-me —, é preciso dizê-lo bem, *o real é sem lei*. O verdadeiro real implica a ausência de lei. *O real não tem ordem*. É o que quero dizer

dizendo que a única coisa que chegarei talvez um dia a articular diante de vocês é alguma coisa concernente ao que chamei de um pedaço de real (LACAN, 2007, p. 133, grifo do autor e nosso).

O Real como impossível, lembra Colette Soler (2013), se escreve como furo no circuito simbólico, que permite que passemos da cadeia significante para o nó borromeano, de uma estrutura diádica para uma estrutura triádica, que conversa com o impossível. “O impossível implica irremediável” (SOLER, 2013, p. 91), que não basta ser declarado, que “não se aprende nos livros” (SOLER, 2013, p. 91). Ou seja, o Real suspende o saber acumulado, ele não nos coloca a descobrir o que veio antes como parte de uma história, mas o que ainda não veio, o que ainda não foi assimilado.

No Seminário 23, sobre o *sinthoma*, alguém dirige a Lacan (2007) uma pergunta sobre o Real como o impossível, questionando se não guardaria uma relação com o *un-possible*, o um-possível, que não é imposto tal qual uma lei simbólica. Como se a questão girasse em torno de algo que ainda não aconteceu, que ainda não se tornou possível, mas que é, ao mesmo tempo, o que há de menos assujeitado no mundo. Aliás, a travessia de uma análise consiste em nos fazer passar da impotência ao impossível, como se fosse diante do espanto e da surpresa, diante do encontro com o Real, que pudéssemos desejar um acontecimento, um acontecimento que poderia modificar o Simbólico.

Mesmo que o Real seja o que “resiste a entrar no campo Simbólico, o que resiste a se reduzir” (SOLER, 1989, p. 18), é possível que venha a ser significável. Ou melhor, como certamente corrigiria Lacan, é possível que partes do Real venham a ser elaboradas, passadas para a dimensão simbólica. O Real “não é imediatamente acessível” (LACAN, 2008, p. 31), mas quando permite um certo acesso, renova o campo Simbólico. Passar ao ato, “na medida em que é tudo ou nada, na medida em que é incorrigível” (SOLER, 1989, p. 24), diz respeito ao Real, desemboca no Real, ainda mais se for um ato que irrompe o Simbólico. O problema é que o abismo será sentido quando o ato passar do Real ao Simbólico, quando for elaborado.

4.2.3. O Real como aquilo que se encontra no mesmo lugar

O Real, segundo Colette Soler (1989), também pode ser compreendido como aquilo que não anda. É fácil compreender isso se relacionarmos com a leitura lacaniana do conto de Edgar Allan Poe: os policiais confundem o Simbólico com o Real. O Simbólico permite o

deslocamento, tal qual ocorre com a carta roubada, mas o Real se encontra no mesmo lugar. “O real é aqui o que retorna sempre ao mesmo lugar — a esse lugar onde o sujeito, na medida em que ele cogita, onde a *res cogitans*, não o encontra” (LACAN, 1988, p. 52).

Talvez seria melhor dizer que o real não tem lugar, pois “para definir um lugar é necessário o Simbólico; no Real puro não há lugar. É necessário o Simbólico para desenhar um espaço. Da mesma forma, para chegar ao obstáculo da articulação é necessário também o Simbólico” (SOLER, 1989, p. 22). Daí a dificuldade de relacionar o mundo externo ao Real, pois o mundo externo também é, de uma certa forma, organizado simbolicamente.

4.2.4. *Das Ding*, a coisa

Na nossa concepção, *das Ding* é o mais difícil de explicar no pensamento lacaniano. Poderíamos inicialmente pensar que *das Ding*, a coisa, guarda uma relação com o referente, com este pedaço do Real. Assim, o Real como referente “sempre fracassa em ser atingido, dizia Lacan. Fracassar em atingi-lo pela única coisa que a cadeia significante produz, isto é, pelo significado” (SOLER, 2013, p. 39). Entretanto, este é o Real que pode vir a ser significável, o Real que está no lugar do referente. “O significável é evidentemente toda uma outra coisa que é o Real com traço simbólico, isto é, muito mais próximo daquilo que existe” (SOLER, 1989, p. 22).

Entretanto, há uma distinção entre o objeto simbólico e o objeto real, que, de uma determinada forma, deixa o objeto real perdido enquanto tal. Mas o referente pode ser banhado de significantes, um significante que remete a outro significante, abrindo uma cadeia, ou seja, ele pode ser banhado pelo Simbólico. Portanto, este Real, que pode vir a significar, passa para o Simbólico, mesmo que os significantes jamais consigam presentificar totalmente a coisa, apenas conseguem ser metonímia da coisa.

Assim, *das Ding* guarda uma relação com o referente e com o Real, pois a coisa, *das Ding*, é “o real na medida em que ele padece do significante” (LACAN *apud* SOLER, 2013, p. 39), na medida em que acampa na ordem simbólica, produzindo um furo no interior da representação, é a coisa como furo do simbólico. Ou, nas palavras de Slavoj Žižek (1992), um objeto que perturba a harmonia da ordem simbólica. Jacques Lacan (2008, p. 60, grifo do autor), por meio do seu ensino oral, diz que “*das Ding* não está na relação — de algum modo

refletida, na medida em que é explicitável — que faz o homem colocar em questão suas palavras como referindo-se às coisas que, no entanto, elas criaram”.

Entretanto, continua dizendo que há uma outra coisa em *das Ding* que seria “o verdadeiro segredo” (LACAN, 2008, p. 60). Relaciona *das Ding* com a realidade muda e diz que “é originalmente o que chamaremos de o *fora-do-significado*” (LACAN, 2008, p. 70, grifo nosso). Assim, é possível produzir, a partir da coisa, *das Ding*, uma composição imaginária, um elemento imaginário que provém do objeto e que Lacan (2008) nomeia de substância da aparência. Se pensarmos no discurso, na cadeia significante, a coisa fica ausente, alheia, perdida, restando apenas aquilo que conseguimos reter dela.

Na última analogia que traremos aqui em relação à compreensão lacaniana de *das Ding*, é com a filosofia kantiana, com aquilo que se chama de a coisa em si. Lacan (2008, p. 70) diz que a filosofia de Immanuel Kant entreviu a função de *das Ding* pelas vias da ciência, não da psicanálise, claro. “No final das contas é concebível que seja como trama significante pura, como máxima universal, como a coisa mais despojada de relações com o indivíduo que os termos de *das Ding* devam apresentar-se” (LACAN, 2008, p. 70).

4.3. O Real e a realidade

“Não estou certo de que a distinção do real em relação à realidade se confunda com o valor próprio que dou ao termo real” é uma das proposições de Lacan (2007, p. 131) durante o Seminário 23, sobre o *sinthoma*. A distinção entre a dimensão Real e a realidade é uma das mais importantes no interior desta perspectiva, pois permite que entendamos a dificuldade que é tocar o Real, despertar para aquilo que nos retira de um suporte prévio, a linguagem. Entretanto, como podemos compreender esta diferença?

A realidade guarda relação com o que já foi elaborado, é uma espécie de ficção simbólico-imaginária em que podemos situar um Real aquém, encoberto pela linguagem no mundo, um Real “do qual não se pode nada dizer” (SOLER, 1989, p. 19). Desta forma, a realidade está mais próxima do sonho, daí Lacan falar que a verdade tem uma estrutura de ficção. A realidade oculta o Real, fica aquém dela, mas também há Real para além da realidade.

Marco Antonio Coutinho Jorge (2010) coloca, a partir do sujeito, o Real próximo a uma realidade objetiva inapreensível, que poderíamos aproximar da coisa, e a realidade da

fantasia. “O real suporta a fantasia, e a fantasia protege o real” (LACAN, 1988, p. 44). Poderíamos compreender a relação da fantasia com o Real da seguinte maneira: a realidade é uma fantasia suportada pelo Real, “é real mobiliado pelo imaginário” (SOLER, 2013, p. 117). Daí a nossa confusão em sempre achar que o Real é a realidade, pois como o Real suporta a realidade, faz face ao Real, tendemos a tomar uma dimensão pela outra.

Diante disso, poderíamos dizer que não há apenas uma realidade, que há realidades distintas, com sua gramática própria. O problema é que, às vezes, algumas tendem a querer se impor diante das outras. Soler (1989) recorda a afirmação lacaniana de que a fantasia é Real, e, com isso, quer dizer que a fantasia é equivalente ao Real quando se imagina sempre a mesma coisa. Nem se nota que, dessa forma, a significação torna-se absoluta. “O que é um paradoxo porque toda significação é relativa sempre. Quando se encontra uma significação fixa que não muda, que evoca em todas as condutas do sujeito, uma significação que parece absoluta e não relativa, ela é equivalente a um Real” (SOLER, 1989, p. 21-22). Equivalente, mas não Real enquanto tal.

Lacan (2008, p. 63) lembra como as palavras de um sujeito, por exemplo, organizam suas ideias, “ideias que emergem frequentemente de uma maneira quão enigmática. A necessidade de falá-las, de articulá-las introduz entre elas uma ordem, frequentemente artificial”. É possível relacionar esta ordem frequentemente artificial com a realidade, até porque o Real é sem lei, é impensável e impossível: o Real *ex-siste*.

4.4. O nó borromeano

Abordamos, em alguns momentos deste capítulo, o nó borromeano de uma maneira implícita, pois falar apenas do Real, como tentei até agora, acaba se tornando impossível também. O Real é um dos três registros da realidade humana, ao lado do Simbólico e do Imaginário. Estes três elementos estão enodados, encadeados um no outro. Assim, quando passamos para o nó, entramos em uma relação triádica. Lacan (2007, p. 117) afirma que este nó guarda relação com o pensamento do filósofo Charles Sanders Peirce:

Um tal de Charles Sanders Peirce construiu sua lógica sobre isso, o que, devido à ênfase que ele atribui à relação, o leva a fazer uma lógica trinitária. É exatamente a mesma via que percorro, com a diferença de que chamo as coisas em questão pelo nome que têm — simbólico, imaginário e real, nessa ordem exata.

Lacan (2007) afirma no trecho acima que a ordem dos registros coloca o Simbólico primeiro, para logo depois encadear o Imaginário e o Real. Entretanto, essa ordem se modificará, pois Lacan passará a privilegiar o Real no final do seu ensino, alterando o S.I.R. para R.S.I. O que marca uma travessia que lembra como a linguagem²³, entendida aqui como “desprovida de significação” (LACAN, 2005, p. 26), precede o nosso nascimento, é anterior a nós.

Entretanto, com o passar do tempo, possibilita a articulação de um outro nó, R.S.I, um nó que parte do Real. “Essa aparência nodal, essa forma de nó, se posso dizer assim, é o que dá segurança ao real” (LACAN, 2007, p. 107). Para compreender o nó borromeano, retomemos aqui a ilustração de Žižek (2010, p. 16-17) por meio do jogo de xadrez:

Para Lacan, a realidade dos seres humanos é constituída por três níveis entrelaçados: o simbólico, o imaginário e o real. Essa tríade pode ser precisamente ilustrada pelo jogo de xadrez. As regras que temos de seguir para jogar são sua dimensão simbólica: do ponto de vista simbólico puramente formal, ‘cavalo’ é definido apenas pelos movimentos que essa figura pode fazer. Esse nível é claramente diferente do imaginário, a saber, o modo como as diferentes peças são moldadas e caracterizadas por seus nomes (rei, rainha, cavalo), e é fácil imaginar um jogo com as mesmas regras, mas com um imaginário diferente, em que esta figura seria chamada de ‘mensageiro’, ou ‘corredor’, ou de qualquer outro nome. Por fim, o real é toda a série complexa de circunstâncias contingentes que afetam o curso do jogo: a inteligência dos jogadores, os acontecimentos imprevisíveis que podem confundir um jogador ou encerrar imediatamente o jogo.

Esta ilustração que Žižek (2010, p. 17) faz nos ajuda a compreender o nó borromeano de Lacan, mas precisamos ter em mente que as regras do Simbólico não são totalmente conscientes, sendo marcadas por uma profunda divisão: há regras “que sigo cegamente, por hábito, mas das quais, se reflito, posso me tornar ao menos parcialmente consciente (como as regras gramaticais comuns); e há regras que ignoro que sigo, significados que ignoro que me perseguem (como proibições inconscientes)”. Ou seja, a ordem simbólica mantém uma relação com o inconsciente, pois não é possível torná-la totalmente consciente.

O seguinte esquema geral utilizado por Marco Antonio Coutinho Jorge (2010) para organizar os três registros pode nos ajudar a ter uma ideia a respeito do nó borromeano:

²³ “Naturalmente, a questão da origem da linguagem é um dos temas que melhor podem se prestar a delírios organizados, coletivos ou individuais. Não é o que temos a fazer. A linguagem está aí. É um emergente. Agora que emergiu, jamais saberemos quando nem como começou, nem como era antes que fosse” (LACAN, 2005, p. 24).

Real — Impossível — Não-senso — *ex-siste*
Simbólico — Contingencial — Duplo sentido — *insiste*
Imaginário — Necessário — Sentido — *consiste*

O Real, como enfatizamos anteriormente neste capítulo, mantém relação com o impossível, o que não pode ser antecipado pelo pensamento: o não-senso radical. O Simbólico, como o descrevemos no capítulo anterior, tem um funcionamento que constrói repetições cujo significante se torna automatizado, mas também é o que permite o duplo sentido, o reportar indefinido do sentido. Além disso, o Simbólico tem um papel de mediação, de presença significativa na ausência da coisa.

Um dos exemplos que Lacan (1986) utiliza no seminário sobre os escritos técnicos de Freud é o do significante *elefante*, dizendo que quando nós evocamos esta palavra, é como se o elefante conseguisse entrar pela porta da sala em que nos encontramos, por mais estreita que ela seja. “Aliás, é claro, basta que eu fale deles [dos elefantes], não há necessidade de que estejam aqui, para que estejam aqui, graças à palavra *elefante*, e mais reais do que os indivíduos — elefantes contingentes” (LACAN, 1986, p. 206-207, grifo do autor).

O Imaginário é da ordem do sentido, guarda relação com a imagem unificada do corpo no estádio do espelho, que participa da formação do eu. “Nas relações especulares, os limites entre o corpo de um e o corpo do outro se desfazem. Sem demarcação, o impasse gera fusão e confusão produzindo o que é próprio das relações imaginárias sem mediação simbólica: rivalidade, hostilidade, agressividade etc” (FERREIRA; JORGE, 2005, p. 41). Ou seja, sem a mediação simbólica, o Imaginário tende a não dar espaço para aquele que é diferente da nossa imagem, por isso que Lacan (1986, p. 25) compreende que “o eu está estruturado exatamente como um sintoma. No interior do sujeito, não é senão um sintoma privilegiado. É o sintoma humano por excelência, é a doença mental do homem”.

4.5. Excerto III: um acontecimento comunicacional

O Simbólico não consegue dar conta do Real em sua totalidade, senão as duas dimensões coincidiriam, estariam totalmente sobrepostas uma à outra. Há sempre algo que falta no Simbólico, mas podemos elaborar simbolicamente pedaços de Real que também

podem vir a modificar a dimensão simbólica. Talvez seja trabalho do campo da comunicação dirigir-se a esses pedaços, de modo que possibilite alargar as bordas simbólicas. No jornalismo, quando um acontecimento irrompe, o efeito dele é traduzido para a linguagem com o intuito de produzir uma notícia, por exemplo. Entretanto, a tradução é o lugar do abismo que difere o Real do Simbólico, pois o que se narra do acontecimento é diferente do acontecimento em si.

Aliás, quando se narra, o sentido é convocado de modo que os significantes são banhados no Imaginário. Só que, algumas vezes, o próprio acontecimento permite a emergência de um novo sentido. Atentar-se a isso é possibilitar um deslocamento importante no interior do campo da comunicação. Por isso, é importante ressaltar que, partindo do jornalismo, por exemplo, pode ocorrer ao menos dois movimentos: um que permite que o acontecimento modifique o sentido do que já existia anteriormente, e outro que insiste em banhar um acontecimento com o mesmo sentido em que se banham determinados acontecimentos com frequência. Portanto, o jornalismo nos mantém informados dos acontecimentos, mas muitas vezes convoca sentidos que poderiam ser modificados com o próprio acontecimento que é narrado.

É tarefa da comunicação possibilitar que pedaços do Real tornem-se elaborados, circulem no espaço comum de modo que possibilitem um deslocamento nas compreensões que temos do mundo. Com isso, modifica o próprio mundo da linguagem. A suspeita diante do que já sabemos, no sentido de não tentar banhar novamente um acontecimento com a compreensão que já temos, é uma tarefa interessante de almejar, por mais difícil que seja conseguir produzi-la. Exige uma certa abertura à alteridade, àquilo que difere de nós.

A mesma questão com as cadeias significantes: é interessante como, mesmo com um acontecimento, elas continuam a insistir, a perpetuar, pensando principalmente nas cadeias significantes no interior dos comentários do Facebook. Se é na tensão entre os três registros que reside uma certa comunicação, talvez poderíamos pensar que um acontecimento pode *botar fogo* nelas. Entretanto, muitas vezes, elas apenas insistem em repetir seu modo habitual de funcionamento. Ou seja, um mesmo acontecimento pode ter efeitos distintos nas cadeias significantes ou nem chegar a produzir um efeito nelas. O interessante seria mapear qual efeito dos acontecimentos desloca o funcionamento das cadeias significantes, pensando sobretudo naquilo que possibilita a modificação no interior delas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi construído com o propósito de solucionar o problema de pesquisa sobre como Jacques Lacan ilustra o entendimento da cadeia significante a partir da interpretação do conto *A carta roubada* (1844), de Edgar Allan Poe, e como produz um certo contraponto à dimensão simbólica trazendo o encontro com o Real. A partir desta definição inicial do que se buscava pesquisar, decidimos abordar a cadeia significante com o conceito de automatismo de repetição, o que permitiu uma melhor apreensão de como o retorno do significante não é o retorno do mesmo, apesar de que os sucessivos retornos possam ser identificados a partir do significante. Assim, foram desenvolvidos três capítulos de embasamento teórico, sendo que o primeiro também aborda a análise literária feita por Lacan. Além disso, especulamos em cada um deles como poderíamos encontrar vínculos iniciais com o campo da comunicação.

Em um primeiro momento, buscamos recortar a interpretação lacaniana do conto para que pudéssemos organizar os pontos importantes para nós. Ao evidenciar os diálogos do conto, por exemplo, conseguimos notar como a dimensão da linguagem prevalece, pois além do relato da história do roubo ter vários filtros subjetivos, o Inspetor de Polícia nem nota que a comunicação simbólica permite que o sentido não seja unívoco, mas as palavras de Dupin apenas lhe causam gargalhadas. Entretanto, essas palavras já deixavam alguns indícios que permitiriam a Dupin encontrar a carta, mesmo que depois também ficasse preso no circuito simbólico que estruturava a cena triangular.

Aliás, quanto à cena triangular, a crítica de Jacques Derrida (2007) permitiu que se evidenciasse a exclusão do narrador geral da história por Lacan, deixando margem para que pudéssemos pensar se não seria possível uma cena se estruturar de outra forma, ou até ter uma maleabilidade maior na quantidade de lugares. Entretanto, quanto ao destino da carta, compreendemos que ele se relaciona com o automatismo de repetição, com a possibilidade de a carta retornar insistentemente, mesmo que seja de maneira monótona, como aponta o filósofo da desconstrução. Aliás, foi nesse sentido que trabalhamos no capítulo seguinte, com a compreensão do retorno do significante que forma uma cadeia.

Para isso, ressaltamos alguns pontos do signo saussuriano para que pudéssemos chegar ao significante lacaniano. Nessa trajetória, descobrimos como a cadeia significante, de algum modo, já estava colocada por Ferdinand de Saussure (2006, p. 84, grifo nosso) quando afirma,

a partir da linguística, que “os significantes acústicos dispõem apenas da linha do tempo; seus elementos se apresentam um após o outro; *formam uma cadeia*”. Após isso, desdobramos o significante laciano, de modo a compreender por que ele não funciona como um signo, mas sim como um algoritmo sem significação, já que esta advém quando um significante remete a um significado, e assim por diante.

No momento de abordar o automatismo de repetição, recorremos a Sigmund Freud (2010) para podermos entender a maneira como a perspectiva laciana leu este conceito que já estava posto pelo freudismo. Isso permitiu que entendêssemos como a repetição simbólica guarda relação com aquilo que não consegue ser lembrado de outra forma senão por meio da repetição, como se fosse uma espécie de compromisso com o que está recalcado, mas que retorna em atos repetitivos. Quando chegamos na parte sobre o retorno automatizado do significante, fica evidente a construção de uma cadeia sucessiva de retornos significantes que são, cada vez que se inscrevem, diferentes, mas podem ser identificados a partir de um mesmo significante. Daí Bruce Fink (1997, p. 240) lembrar que “coisas heterogêneas podem ser equacionadas porque um significante abrange todas elas. Nesse nível, a repetição implica, portanto, o ‘retorno’ de alguma coisa que seria diferente da segunda vez, se não fosse o significante”.

O último capítulo se preocupou em evidenciar um certo contraponto à cadeia significante, que é o encontro com o Real. Assim, abordamos a dimensão do Real com o intuito de compreender como o acontecimento pode modificar a ordem simbólica, não dialogando com o automatismo de repetição que *insiste* na cadeia significante. Para isso, abordamos o Real como o não-senso radical, pois o Real precede a linguagem, e o campo do sentido é produzido no encontro entre o Simbólico e o Imaginário. Além disso, explicamos como é impossível pensar o Real, pois não há como antecipá-lo, colocar certas previsões em um horizonte de expectativas. Ele irrompe, sem podermos saber onde e quando. Daí Colette Soler (2013, p. 91) dizer que o Real “não se aprende nos livros”.

Ao fazer a distinção entre o Real e a realidade, compreendemos como a realidade está mais próxima da ficção do que se imagina inicialmente. A realidade, para essa perspectiva, é uma dimensão quase onírica, diferente do Real que *ex-siste*. Na última subseção deste trabalho, tentamos explicar o nó borromeano, que retira o pensamento laciano da relação diádica e o coloca na triádica, permitindo uma lógica que não exclui o Real, ou seja, não exclui o que pode permitir uma mudança na ordem simbólica: o acontecimento inesperado.

Portanto, a nossa tentativa de estudar tanto a cadeia significante quanto o encontro com o Real permitiu que entendêssemos melhor a perspectiva lacaniana, possibilitando que possa ser utilizada no campo da comunicação. Certa vez, Jacques Derrida (2004, p. 211, grifo nosso), em um diálogo com a historiadora da psicanálise Elisabeth Roudinesco, indagou se “a urgência atual não estaria em carregar a psicanálise para campos onde ela até agora não esteve presente? *Ou ativa?*”. Esse questionamento nos acompanhou: apesar de a psicanálise já estar, de algum modo, presente no campo da comunicação, nossa urgência se dirigiu no sentido de ajudar a ampliar este ativamento, esta ocupação.

REFERÊNCIAS

ARRIVÉ, Michel. **Linguagem e psicanálise, linguística e inconsciente**: Freud, Saussure, Pichon, Lacan, trad. Lucy Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã...**, trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

DERRIDA, Jacques. O carteiro da verdade. In: _____. **O cartão-postal**: de Sócrates a Freud e além, trad. Ana Valéria Lessa e Simone Perelson. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DÖR, Joel. **Introdução à leitura de Lacan**: o inconsciente estruturado como linguagem, trad. Carlos Eduardo Reis. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERREIRA, Nadiá Paulo; JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Lacan, o grande freudiano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FINK, Bruce. A causa real da repetição. In: FINK, Bruce; JAANUS, Maire; FELDSTEIN, Richard (Orgs.). **Para ler o Seminário 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: _____. **Obras completas**, trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. XIV.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. In: _____. **Obras completas**, trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. X.

FREUD, Sigmund. **A Interpretação dos Sonhos (II) e Sobre os sonhos (1900-1901)**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Acaso e repetição em psicanálise**: uma introdução à teoria das pulsões. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, vol.2**: a clínica da fantasia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: _____. **Escritos**, trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. **Nomes-do-Pai**. trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LACAN, Jacques. O seminário sobre “A carta roubada”. In: _____. **Escritos**, trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. Radiofonia. In: _____. **Outros escritos**, trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LACAN, Jacques. **Seminário 1**: os escritos técnicos de Freud (1953-54), trad Betty Milan. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LACAN, Jacques. **Seminário 2**: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-55), trad. Marie Christine Lasnik com a colaboração de Antonio Quinet. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. **Seminário 3**: as psicoses (1955-56), trad. Aluísio Menezes. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LACAN, Jacques. **Seminário 7**: a ética da psicanálise (1959-1960), trad. Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. **Seminário 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964), trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LACAN, Jacques. **Seminário 20**: mais, ainda (1972-73), trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. **Seminário 23**: o sinthoma (1975-1976), trad. Sergio Laia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

NANCY, Jean-Luc; LACOUE-LABARTHE, Philippe. **O título da letra**: uma leitura de Lacan, trad. Sergio Joaquim de Almeida. São Paulo: Escuta, 1991.

NÖTH, Winfred. Subversões semióticas de Jacques Lacan In: SANTAELLA, Lucia; HISGAIL, Fani (Org). **Semiótica psicanalítica**: clínica da cultura. São Paulo: Iluminuras, 2016.

PLON, Michel; ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de psicanálise**, trad. Lucy Magalhães e Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

POE, Edgar Allan. A carta roubada. In: _____. **Histórias extraordinárias**, trad. José Paulo Paes. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

SANTAELLA, Lucia. Retrospecção e perspectivas. In: _____; HISGAIL, Fani (Org). **Semiótica psicanalítica**: clínica da cultura. São Paulo: Iluminuras, 2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**, trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOLER, Colette. A clínica do Real. *FOLHA — Revista da Clínica Freudiana*, Salvador, v. 3, n. 30, 1989.

SOLER, Colette. **A repetição na transferência analítica**, trad. Elisabeth Saporiti. São Paulo: Escuta, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj. **Como ler Lacan**, trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ŽIŽEK, Slavoj. Why does a Letter always arrive at its Destination? In: _____. **Enjoy your symptom!: Jacques Lacan in Hollywood and out**. New York: Routledge, 1992.

